

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO POR KM RODADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2025-FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 520/2025-FME

DATA DE ABERTURA: 14/05/2026. HORARIO: 09h00m

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, COM SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES E DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 08h59min. do dia 14/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 14/05/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 14/05/2026, às 09h15min.

PLATAFORMA VIRTUAL: <https://www.licitanet.com.br/>.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR KM RODADO.

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 com suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº. 233/2025 e exigências estabelecidas neste Edital.

Este pregão será conduzido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro **Kauan Batista Marins**, com o apoio da respectiva Equipe de Apoio, que irá participar e auxiliar na análise, discussão e deliberação das decisões e atos praticados nesse processo.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, a critério exclusivo do município de Cariri do Tocantins, através do Setor de Licitação, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS

Av. Castelo Branco s/n / centro, Cariri do Tocantins – TO.

Fone/Fax *63 3383 – 1165.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

São atribuições do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO, para o exercício de 2026, conforme abaixo:

2.1.1. Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

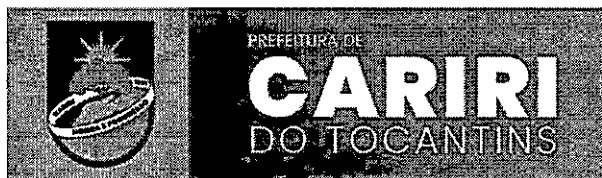
05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15001001000000 – MDE.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15530000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE).

2.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

2.3. As despesas relativas ao exercício financeiro de 2027 correrão à conta dos créditos orçamentários a serem consignados na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA 2027), ficando a execução das parcelas remanescentes condicionada à existência de disponibilidade orçamentária, nos termos do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A Administração deverá atestar, no início do exercício de 2027, a existência de créditos vinculados



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

à contratação e a vantagem em sua manutenção, procedendo-se à atualização dos dados orçamentários mediante Termo de Apostilamento, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Para participar, os licitantes deverão providenciar o seu credenciamento, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade dos participantes o cadastro prévio do sistema eletrônico.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: provedor@licitanet.com.br.

3.3. É de responsabilidade dos licitantes, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.4. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma virtual Licitanet, observando as determinações abaixo.

3.4.1. A presente licitação dará prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sediadas local ou regionalmente, conforme Decreto Municipal nº 233/2025.

3.4.2. A presente licitação dará tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014, com suas posteriores alterações e Decreto Municipal nº 233/2025.

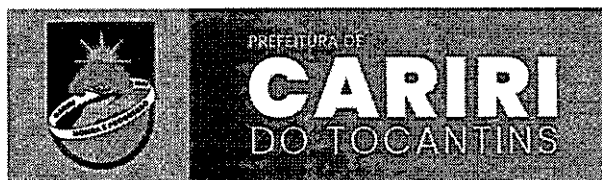
4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO

4.2. Os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2026/2028

citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, da Lei nº. 14.133, de 2021;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), nos termos do art. 63, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

5.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparadas, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

5.8. A proposta final e os documentos de habilitação do(s) licitante(s) melhor classificado(s) somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

5.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.9.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, que conhece e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

5.9.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.3. que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

5.9.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.9.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.9.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

5.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.12. Nos itens exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.13. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas.

5.14. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sediadas no município ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades municipais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social.

5.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

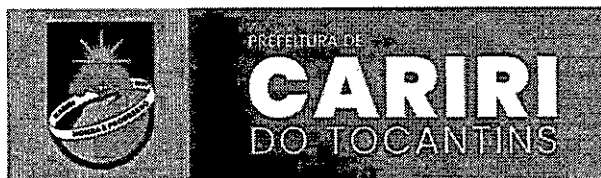
5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total do KM de cada rota, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada veículo ofertado;



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

6.1.3. Modelo de cada veículo ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada da(s) rota(s), contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todos os dados contidos na proposta vinculam a contratada.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, poderão ser desconsiderados, desde que o licitante justifique e o Agente de Contratação/Pregoeiro aceite, podendo ser realizado até a solicitação dos documentos de habilitação. Após a solicitação dos documentos de habilitação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço inexecutável ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.2.6. que identifique o licitante.

7.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do(s) item(ns), poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no(s) item(ns).

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta inicial não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

7.6. O Agente de Contratação/Pregoeiro analisará previamente as propostas iniciais em relação ao subitem 7.2., no que couber. Após a análise, o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$: 0,01 (um) centavo**, no tempo mínimo de 01 (um) segundo.

7.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

7.13.1. MODO DE DISPUTA ABERTO:

7.13.1.1. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.1.3. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.13.1.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2026/2028

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na plataforma virtual Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), com data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006.

7.21. Havendo proposta ou lances, conforme o caso, de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos § 3º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

7.21.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas sediadas local ou regionalmente.

7.22. Não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, às propostas de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 05% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos dos subitens 7.21 ou do 7.22 quando não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento nos subitens 7.21 ou do 7.22, quando não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.1.1. empresas brasileiras;

7.29.1.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

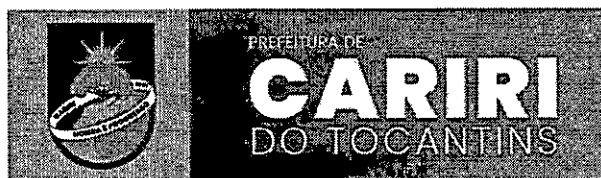
7.29.1.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro recusar a proposta, por qualquer motivo que seja, e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.31.2. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.31.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.33. O licitante vencedor será convocado para apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da planilha de custos e formação de preços se for o caso, e dos documentos de comprovação, em formato digital, preferencialmente em PDF para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados na plataforma de disputa no prazo máximo de 02 (duas) horas contados da solicitação do agente de contratação/pregoeiro, responsável pela condução do certame.

7.34. Os documentos de habilitação poderão ser exigidos concomitantemente com os descritos no subitem 7.33., a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro.

8. DA INEXEQUIBILIDADE

8.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade as propostas com desconto superior a 30,0000% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.

FÓRMULA:

VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO – 30,0000% (trinta por cento)

EX.:

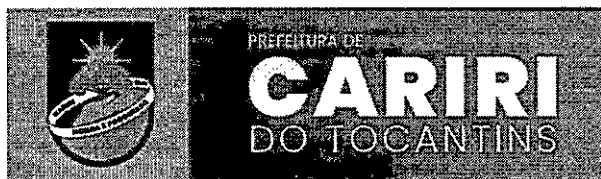
ORÇADO DA ADMINISTRAÇÃO	– 30,0000% (trinta por cento)	= X
R\$ 1.000,00 (um mil reais)	– 30,0000% (trinta por cento)	= R\$ 700,00 (setecentos reais)

Conforme o exemplo:

- Os licitantes deverão encaminhar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores inferiores a R\$ 700,00 (setecentos reais), acompanhada de sua comprovação no momento solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

- Os licitantes estarão dispensados de apresentar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores entre R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

8.1.1. A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação deverão ser encaminhados junto com a Proposta Realinhada, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitados concomitante com os documentos de habilitação).



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

8.1.2. A planilha de custos e formação de preços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações;

8.1.2.1. Rotas, especificação, quantidade, unidade;

8.1.2.2. Custos unitários dos KM;

8.1.2.3. Custos total dos KM;

8.1.2.4. Margem de Lucro;

8.1.2.5. Preço Final;

8.1.3. Para comprovação de preços da planilha de custos e formação de preços, os licitantes deverão encaminhar documentos que comprovem a viabilidade dos preços apresentados, tais como notas fiscais e/ou contratos e/ou faturas e/ou orçamentos e/ou quaisquer outros elementos idôneos que demonstrem a compatibilidade dos valores ofertados com os custos necessários à execução do objeto.

8.1.3.1. A comprovação deverá estar harmonizada com os preços propostos e concatenada com a realidade de mercado.

8.1.4. Caso o licitante envie notas fiscais e/ou contratos para comprovar a viabilidade dos preços apresentados, estará dispensado de apresentar planilha de custos e formação de preços.

8.1.5. Em caso da necessidade de esclarecimentos acerca da planilha de custos e formação de preços ou dos documentos de comprovação, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.1.6. A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação serão solicitados apenas uma vez para cada licitante em relação a cada item, conforme o caso, e o seu não envio é motivo de recusa da proposta do licitante naquele item.

8.1.6.1. Caso enviado os documentos e não comprovado a exequibilidade, será recusada a proposta do licitante daquele item.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitada concomitantemente com os documentos de habilitação, com a planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação, conforme o caso) no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços da proposta final e os registrados em sistema, será realizado diligência para a correção.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. Em caso de não aceitação da proposta de item(ns) ou lote(s) de item(ns), seja por não comprovação da exequibilidade, ou por qualquer outro motivo que implique alteração da proposta final, o licitante deverá, no mesmo prazo estabelecido no subitem 9.1, após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, proceder à assinatura da proposta final diretamente na plataforma virtual Licitanet.

9.6.1. Em caso de dúvidas quanto a proposta final da plataforma virtual Licitanet, as licitantes deverão contatar o suporte técnico da plataforma.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao(s) item(ns) e à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

10.4. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, que poderá ser analisada antes do julgamento das propostas, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro, visando a celeridade processual, observado os dispostos neste Edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os licitantes deverão possuir cadastro na plataforma virtual Licitanet.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

11.2. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação, bem como as declarações, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitados concomitantemente com a proposta realinhada, com a planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação, conforme o caso), sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. A critério do agente de contratação/pregoeiro, como forma de celeridade processual, poderá os documentos de habilitação ser analisados preliminarmente ao julgamento das propostas.

11.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA NOS SEGUINTE CADASTROS:

11.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

11.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.3.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

11.3.4. As consultas mencionadas acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.4. As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

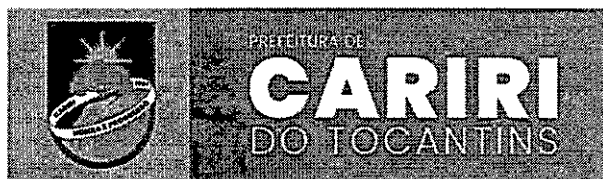
11.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.4.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos anexados na plataforma virtual Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, bem como as declarações.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização.

11.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, convocando os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação nos termos abaixo, seja por não apresentar os documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.13. Após encerrado o prazo de envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, para:

11.13.1. Complementação/comprovação de informações acerca dos documentos já apresentados.

11.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado.

11.15. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1. A habilitação jurídica será comprovada pelos seguintes documentos:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS

Av. Castelo Branco s/n / centro, Cariri do Tocantins – TO.

Fone/Fax *63 3383 – 1165.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971;

12.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como de cópia do RG ou CNH (cópia ou digital) do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es);

12.3. O não envio do documento de habilitação jurídica é motivo de inabilitação e não poderá ser diligenciado, salvo se realizado o encaminhamento da habilitação jurídica faltando as alterações ou a consolidação respectiva, ou o documento pessoal do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es).

12.3.1. No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação.

13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada pelos seguintes documentos:

13.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

13.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, junto ao Estado sede da empresa licitante.

13.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, da sede da empresa licitante;

13.2. O não envio das certidões acima, ou envio de certidões positivas, ou ainda certidões vencidas na data da abertura das propostas é motivo de inabilitação da empresa, salvo previsto no subitem 11.8..

13.3. Poderá ser realizado diligência caso não enviado a Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou envio com data de expedição superior a 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

13.3.1. No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, podendo o Agente de Contratação/Pregoeiro consultar eletronicamente.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada pelos seguintes documentos:

14.1.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

14.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, dispensada a apresentação se a empresa for MEI;

14.1.2.1. A licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou equiparada optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

14.1.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

14.1.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº. 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

14.1.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através da apresentação de declaração, emitida e assinada por contador devidamente habilitado, **devendo ser enviado sua Carteira de Identidade Profissional (cópia ou documento digital)**, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

14.1.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

14.2. Devido à complexidade dos cálculos, os balanços e as declarações serão submetidos à análise de profissionais habilitados do Município, os quais emitirão parecer técnico ao término da avaliação.

14.3. Será verificado a compatibilidade do valor vencido pelo licitante com seu faturamento anual, independentemente do porte da empresa.

14.4. A declaração citada no subitem 14.1.3. será facultada desde que constantes nos respectivos balanços, ficando facultado também o envio da Carteira de Identidade Profissional (cópia ou documento digital).

14.5. O não envio da Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou encaminhada constando processos de Falência ou Recuperação Judicial, ou ainda, enviada a certidão vencida na data da abertura das propostas é motivo de inabilitação.

14.6. Não será passível de diligências o não encaminhamento dos documentos de qualificação econômico-financeira.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. A qualificação técnica será comprovada pelos seguintes documentos:

15.1.1. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução da prestação dos serviços de transporte escolar (compatíveis em características, quantidades, e prazos com o objeto licitado).

15.1.1.2. Para fins de comprovação da capacidade, admitir-se-á a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com os serviços vencidos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1.3. Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, conforme subitem 11.7.;

15.1.1.4. Deverão, ainda, ser apresentados os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, quando exigidos, para fins de verificação da autenticidade e validade



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

dos atestados apresentados.

15.1.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, no prazo máximo de 02 (duas) horas, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado os serviços contratado, dentre outros documentos tais como notas fiscais, empenhos, etc.

15.1.2. A não compatibilidade entre o atestado/certidão e os serviços vencido implicará a inabilitação técnica do licitante.

15.1.3. Não enviado o(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica é motivo de inabilitação do licitante.

16. DECLARAÇÕES

16.1. As declarações exigidas são:

16.1.1. Declarações constantes no item 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, consolidadas ou não, contendo os dados do licitante e os dados do processo licitatório, devidamente assinada.

16.1.2. As declarações acima exigidas poderão ser substituídas por meio da declaração única disponibilizada pelo sistema (LICITANET).

16.2. Não enviadas, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro realizar a consulta pelo sistema (LICITANET).

16.3. Não sendo possível a consulta, poderá ser realizado diligência.

16.3.1. No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação.

19. DOS RECURSOS

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133, de 2021.

19.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

19.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

19.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

19.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, sendo permitido em dois momentos.

19.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

19.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº. 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

19.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cariri.to.gov.br.

20. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma virtual Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO / VISTORIA

22.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

22.2. Após a habilitação do licitante vencedor, a Administração o convocará para a realização da vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo o representante legal da licitante se fazer presente no local e no prazo indicado, apresentando o(s) veículo(s), bem como os documentos exigidos no ETP e no Termo de Referência.

22.2.1. Concluída a vistoria, após a anuência da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, a licitação será homologada.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, sendo individualizado para cada órgão.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será assinado por meio de assinatura digital.

23.2.2. Deverá ser assinado por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

23.2.3. O prazo previsto no subitem 23.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

23.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

23.3.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento convocatório ou no termo de referência.

23.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

23.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

23.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

23.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

23.8. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 23.6.

23.9. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

24. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

24.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar o objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

25.2. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

25.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:

25.4.1. A prestação dos serviços será de forma IMEDIATA, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, emitida pelo Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

25.4.2. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

25.5. As regras acerca do recebimento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26.1. São obrigações da Contratante:

26.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

26.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

26.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

26.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

26.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e seus anexos;

26.1.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

26.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do futuro Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.2. São obrigações da contratada:

26.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços e, ainda:

26.2.1.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

26.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

26.2.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital e seus anexos, os serviços executados em incompatibilidade com o descrito neste edital e seus anexos, bem como as

avarias ou defeitos;

26.2.1.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

26.2.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

26.2.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica de pagamento dos processos.

27.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução dos serviços do contrato.

27.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.5. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

27.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

27.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

27.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

27.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

27.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

27.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

28.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

28.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

28.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

28.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

28.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

28.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

28.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

28.1.5. Fraudar a licitação.

28.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

28.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

28.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

28.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

28.1.6.4. Abandonar o certame.

28.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

28.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

28.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

28.2.1. Advertência;

28.2.2. Multa;

28.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

28.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

28.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

29.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>.

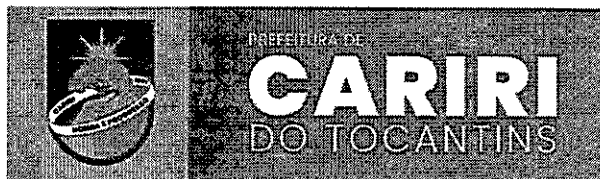
29.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma virtual Licitanet no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

29.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

29.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

29.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.

29.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

impugnar o Edital).

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Todos os documentos deverão ser anexados pelos licitantes na plataforma virtual Licitanet, podendo os prazos para envio descritos neste edital ser prorrogados, desde que devidamente justificado e deferido pelo agente de contratação/pregoeiro.

30.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o resultado no sistema eletrônico.

30.3. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente na plataforma virtual Licitanet, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

30.4. Todas as comunicações serão formalizadas através da plataforma virtual Licitanet.

30.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.6. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

30.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

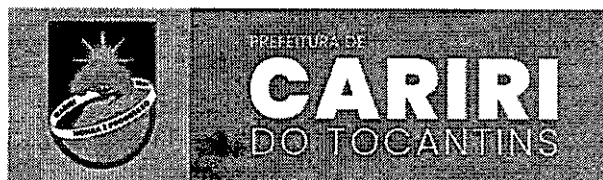
30.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.13. A Autoridade Superior poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

30.13.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

30.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

30.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>, e também poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins, sediada na Avenida Bernardo Sayão, nº. 01, Centro, Cariri do Tocantins, nos dias úteis, no horário das 07h:30m às 13h00m, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.14.1. O Edital também pode ser solicitado pelo email: cplcariri2024@gmail.com.

31. ANEXOS

31.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

31.1.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

31.1.1.2. APÊNDICE DO ANEXO I – RELATÓRIO DE COORDENADAS DAS ROTAS

31.1.1.3. APÊNDICE DO ANEXO I – LISTA DE ALUNOS DA ZONA RURAL

31.1.1.4. APÊNDICE DO ANEXO I – CALENDÁRIO ESCOLAR 2026

31.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

31.1.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Cariri do Tocantins – TO, 24 de abril de 2026.

MICHELINE
PEREIRA DE

ALMEIDA:0056

7567125

Micheline Pereira de Almeida

Gestora do Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO

Assinado de forma
digital por MICHELINE
PEREIRA DE
ALMEIDA:00567567125
Dados: 2026.04.27
09:22:42 -03'00'

TERMO DE REFERÊNCIA

Demandante: Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

Responsável: Micheline Pereira de Almeida

Telefone: (63) 3383-1283.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis, tendo por objetivo subsidiar o processo licitatório, com o escopo de promover a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS.**

1.2. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do art. 6, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DAS ROTAS

2.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ROTA	TOTAL / KM / POR DIA	DIAS LETIVOS	TOTAL/KM ROTA/ 200 DIAS	MEDIA UNITÁRIA/ ROTA	MEDIA TOTAL/ ROTA 200 DIAS
1.	FAZENDA AVANTE	221	200	44.200	R\$ 6,44	R\$ 284.648,00
2.	FAZENDA BALISA	248	200	49.600	R\$ 6,44	R\$ 319.424,00
3.	FAZENDA GAMELEIRA	246	200	49.200	R\$ 6,41	R\$ 315.372,00
4.	FAZENDA MARCO AURELIO	135	200	27.000	R\$ 6,56	R\$ 177.120,00
5.	FAZENDA MARISTELA	136	200	27.200	R\$ 6,56	R\$ 178.432,00
6.	FAZENDA SANTA HELENA	256	200	51.200	R\$ 6,37	R\$ 326.144,00
7.	ASSENTAMENT O SERRINHA	236	200	47.200	R\$ 6,50	R\$ 306.800,00

2.2. Valor Total Estimado da Contratação **R\$ 1.907.940,00 (um milhão, novecentos e se mil e novecentos e quarenta reais).**

2.3. Os valores constantes na tabela são de referência do mapa de preços, oriundos da pesquisa de mercado;

2.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados, conforme a Formalização Inicial da Demanda, Termo de Referência, bem como o que consta dos Estudos Técnicos Preliminares;

2.5. As quantidades foram estimadas utilizando como base o deslocamento necessário para transporte dos estudantes até as escolas, sendo que a quilometragem total da rota considera como ponto de partida o local em que se embarcam os primeiros estudantes e ponto final a última escola em que desembarca os últimos estudantes, multiplicando-se a quilometragem obtida por (02) dois quando se tratar de um único turno e por (04) quando se tratar de 02 turnos diferentes.

2.6. O contrato terá a natureza de serviço contínuo e sua vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária a cada exercício financeiro conforme o art. 105 da mesma Lei;

2.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

3.1. As especificações e quantidades dos itens está (ão) descrita conforme segue:

ROTA 1			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	221	FAZ. AVANTE
SENDO: 02 VIAGENS DE 110,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 221 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 44.200			

ROTA 2			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	248	BALISA
SENDO: 02 VIAGENS DE 124 KM CADA, COM UM TOTAL DE 248 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 49.600			

ROTA 3			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	246	ASSENTAMENTO GAMELEIRA
SENDO: 02 VIAGENS DE 123 KM CADA, COM UM TOTAL DE 246 KM AO DIA.			

TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 49.200

ROTA 4

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	135	FAZENDA MARCO AURELIO
SENDO: 02 VIAGENS DE 67,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 135 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.000			

ROTA 5

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	136	FAZENDA MARISTELA
SENDO: 02 VIAGENS DE 68 KM CADA, COM UM TOTAL DE 136 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.200			

ROTA 6

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	256	FAZENDA SANTA HELENA
SENDO: 02 VIAGENS DE 128 KM CADA, COM UM TOTAL DE 256 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 51.200			

ROTA 7

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	236	ASSENTAMENTO SERRINHA
SENDO: 02 VIAGENS DE 118 KM CADA, COM UM TOTAL DE 236 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 47.200			

RESUMO DAS ROTAS

	ROTA	KM RODADOS DIA	DIAS LETIVOS	TOTAL DE KM ANUAL
1	AVANTE	221	200	44.200
2	BALISA	248	200	49.600
3	GAMELEIRA	246	200	49.200
4	MARCO AURELIO	135	200	27.000
5	MARISTELA	136	200	27.200
6	SANTA HELENA	256	200	51.200
7	SERRINHA	236	200	47.200
TOTAL				295.600

4. JUSTIFICATIVA

A contratação de serviços de locação de veículo tipo ônibus, micro-ônibus, vans, visando o transporte escolar de alunos da zona rural da rede municipal de ensino, é justificada por diversos vetores

imprescindíveis por esta gestão, que tem como objetivo transformar o município com investimento em infraestrutura para educação, bem como mecanismos de viabilizar a educação para todos.

O foco na educação e a principal justificativa é assegurar que os alunos municipais tenham acesso à educação de forma regular e segura. O transporte escolar confiável contribui para que os estudantes não percam aulas devido a problemas de mobilidade, e a expansão da modalidade desse benefício gratuito para crianças matriculadas em creches municipais possui imprescindível caráter de política pública atendida. A ampliação do acesso à educação com o serviço de transporte escolar é essencial para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais. A segurança dos alunos ao ser contratualizado pelo município um serviço profissional de transporte escolar deve não apenas viabilizar o suporte para frequência escolar, como garantir que os veículos atendam aos padrões de segurança necessários para proteger os alunos durante suas viagens. O transporte escolar adequado pode reduzir a taxa de desistência escolar, uma vez que torna mais fácil para os alunos comparecerem às aulas, especialmente aqueles que moram longe das escolas.

Para a administração, a justificativa para a locação dos veículos ainda reflete a eficiência de recursos ao optar pela locação de veículos, e o município pode evitar custos elevados de compra, manutenção e gerenciamento de uma frota própria, resultando em economia de recursos públicos. Portanto, a contratação de serviços de locação permite ao município ajustar a quantidade de veículos e rotas conforme a demanda, garantindo maior flexibilidade e eficiência na gestão do transporte escolar. Já a profissionalização da prestação de serviço de gestão da frota já existente, objetiva atribuir a qualidade de empresas especializadas no presente objeto para transporte escolar costumam contar com motoristas treinados e experientes, o que eleva o nível de profissionalismo e segurança no serviço prestado aos alunos. A redução de responsabilidades se demonstra um ponto positivo para o município, ao contratar um serviço, o município transfere responsabilidades operacionais, como manutenção e seguro dos veículos, para a empresa contratada, permitindo que a administração municipal se concentre nas atividades educacionais, pois contratar um serviço terceirizado permite ao município estabelecer contratos com critérios de desempenho, monitorar o serviço prestado e garantir que ele atenda às expectativas e padrões estabelecidos.

Em suma, a contratação de serviços de locação de transporte escolar para alunos municipais em especial aos da zona rural visa garantir o acesso à educação, a segurança dos estudantes, a eficiência de recursos e o cumprimento das obrigações legais, tudo isso contribuindo para a promoção da educação de qualidade no município.

5. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATAÇÃO:

5.1.A Contratada obriga-se a executar o objeto licitado em perfeita harmonia e concordância com termos do instrumento convocatório e deste Termo de Referência.

5.2.Após a habilitação do licitante vencedor, a Administração o convocará para a realização da vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação no prazo de 24 (vinte



e quatro) horas, devendo o representante legal da licitante se fazer presente no local e no prazo indicado, apresentando o(s) veículo(s), bem como os documentos exigidos no ETP e abaixo.

5.3. Concluída a vistoria, após a anuência da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, a licitação será homologada.

5.4. A licitante ficará responsável por realizar a vistoria no DETRAN/CIRETRAN após a assinatura do contrato no prazo estipulado pela administração. Deverá também ser realizado no início do segundo semestre.

5.5. Após a homologação da Licitação, a Autoridade competente da Administração, convocará a adjudicatária para assinatura do contrato, devendo observar e cumprir as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.6. O prazo de convocação, referente ao item **5.2.** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

5.7. É facultado à Contratante, quando o convocado não assinar, não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90 da lei federal 14.133/21.

5.8. Decorridos o prazo de validade de sua proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

5.9. A Contratada não poderá ceder ou transferir a contratação, total ou parcialmente, a terceiros, sob pena de rescisão.

5.10. Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente a Contratada.

5.11. Sustentabilidade;

5.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade comuns, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.11.2. A contratada deverá utilizar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, priorizando a segurança, durabilidade e eficiência. As escolhas devem visar à redução da geração de resíduos, ao menor desperdício de recursos e à mitigação dos impactos ambientais.





5.11.3. Recomenda-se que a contratada adote ações que minimizem a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente nocivas, visando à preservação da qualidade do ar, à saúde dos usuários, à integridade dos sistemas prediais e à proteção do meio ambiente. Entre as medidas sugeridas, destaca-se a utilização de combustíveis menos poluentes.

5.11.4. Devem ser observadas as diretrizes contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª Edição, de agosto de 2021.

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO, DAS CONDIÇÕES, DO RECEBIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA, DO SERVIDOR RESPONSÁVEL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. Da forma de execução

6.1.1. A execução do objeto observará rigorosamente o calendário escolar oficial do Município.

6.1.2. O início da execução ocorrerá conforme cronograma estabelecido neste Termo de Referência, a partir da assinatura do contrato.

6.1.3. O prazo de execução do contrato poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação formal e devidamente fundamentada pela Contratada, antes do término do prazo inicialmente fixado, mediante despacho da Administração, com a devida demonstração dos fatos, razões e circunstâncias.

6.1.4. A execução dos serviços deverá observar os métodos, rotinas, etapas, procedimentos operacionais, tecnologias empregadas, frequência e periodicidade estabelecidos no Contrato, na Ordem de Serviço e neste Termo de Referência.

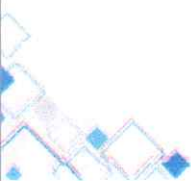
6.2. Da manutenção dos veículos

6.2.1. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de inteira responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

6.2.2. A Contratada deverá assegurar a manutenção preventiva de todas as peças, partes e componentes necessários ao pleno funcionamento dos veículos.

6.2.3. Os serviços de assistência técnica, quando necessários, deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, uniformizados e identificados por meio de crachá.

6.2.4. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, pontual e diária, conforme as rotas, horários e quilometragem definidos neste Termo de Referência, durante o período letivo do exercício





de 2026, até a duração da vigência do contrato, de 12 meses, excetuando-se o período de férias escolares.

6.3. Das responsabilidades da Contratada

6.3.1. São de exclusiva responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a: manutenção mecânica e elétrica, substituição e reparo de pneus, troca de óleo e filtros, lavagem, lubrificação, abastecimento, reposição de peças, fornecimento de motoristas, seguros, licenças, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, multas de trânsito, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos, não sendo admitido qualquer repasse adicional à Contratante.

6.4. Da conformidade da execução

6.4.1. O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Edital e as cláusulas contratuais, após a assinatura do instrumento contratual.

6.5. Das condições e da forma de recebimento

6.5.1. Os veículos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, correndo por conta da Contratada todas as despesas relacionadas ao fornecimento, tributos, seguros, encargos e demais ônus necessários ao pleno atendimento do objeto.

6.5.2. O Órgão Solicitante rejeitará, no todo ou em parte, os veículos ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, ainda que já tenham sido recebidos, devendo a Contratada promover as correções necessárias no prazo estipulado pela Administração.

6.5.3. O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

6.5.3.1. Provisoriamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante verificação sumária da conformidade com as exigências contratuais;

6.5.3.2. Definitivamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante relatório que comprove o atendimento integral das obrigações contratuais.

6.5.4. Constatadas irregularidades, a Administração poderá rejeitar o objeto, determinando sua imediata substituição, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.5.5. Na hipótese de substituição de veículos, esta deverá ocorrer de forma imediata, contada da notificação formal, mantidas as condições e os preços registrados.





6.6. O recebimento não afasta, limita ou exclui a responsabilidade integral da Contratada quanto à qualidade, adequação e conformidade do objeto, permanecendo assegurado à Administração o direito de exigir a correção ou substituição a qualquer tempo, às expensas da Contratada.

6.7. Das exigências legais e operacionais

6.7.1. A Contratada, os veículos e os condutores deverão cumprir integralmente o Código de Trânsito Brasileiro, as normas do DETRAN, CONTRAN, CETRAN, CONATRAN e demais legislações aplicáveis.

6.7.2. Os veículos utilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, com capacidade compatível com a quantidade de passageiros transportados, assegurando segurança e conforto.

6.7.3. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital, em seus anexos, na proposta e no contrato, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.

6.8. Do local, horário e prazo de execução dos serviços

6.8.1. Os serviços serão prestados conforme as rotas e lotações definidas neste Termo de Referência, de forma diária, de segunda a sexta-feira, e, quando necessário, aos finais de semana, para atendimento do calendário escolar.

6.8.2. A execução observará integralmente as normas do direito do trabalho e da legislação previdenciária.

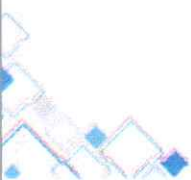
6.8.3. O acompanhamento, a fiscalização e o atesto das notas fiscais serão realizados por servidor designado, responsável pela verificação da conformidade dos serviços prestados.

6.8.4. O recebimento e a fiscalização do objeto serão realizados por servidor designado.

6.8.5. Caso seja constatada, a qualquer tempo, divergência entre os veículos utilizados e as especificações contratadas, a Contratada será imediatamente notificada para proceder à substituição.

6.8.6. Alterações de rotas e percursos somente poderão ocorrer por determinação formal da Contratante, devidamente justificada, mediante prévio aditamento contratual, quando cabível.

6.8.7. O prazo de execução dos serviços seguirá o calendário escolar anual, iniciando após a assinatura do contrato.





6.8.8. A execução do objeto ocorrerá sob inteira responsabilidade da Contratada, a quem caberá todo e qualquer ônus decorrente da prestação dos serviços.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os veículos serão vistoriados pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, após a etapa habilitação e declaração do vencedor, verificando as condições e exigências abaixo:

- a)** Cintos de Segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- b)** Extintor dentro do prazo de validade e conforme determinar a legislação Nacional em vigor;
- c)** Registrador de Velocidade - Tacógrafo e os discos devem ser trocados periodicamente conforme determina a Legislação Nacional em vigor;
- d)** Pintura de faixas horizontais na cor amarela nas laterais e traseira do veículo, contendo a inscrição da palavra "ESCOLAR" na cor preta;
- e)** Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- f)** Alarme sonoro de marcha ré;
- g)** Município poderá recusar qualquer veículo se constatado mediante vistoria a inadequação para a prestação do serviço;
- h)** Os veículos deverão possuir idade máxima de 10 anos.
- i)** Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o Transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como, por inobservância das especificações técnicas exigidas pela Legislação aplicável.

7.2. Os veículos serão submetidos à vistoria/fiscalização do DETRAN/CIRETRAN após a assinatura do contrato no prazo estipulado pela administração. Deverá também ser realizado no início do segundo semestre.

- a)** A Autorização do DETRAN (CIRETRAN) e da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível;
- b)** Em caso de veículos estragados e/ou danificados que impeçam a execução do serviço, deverão estes ser substituídos no prazo imediato determinado pela Administração por outro(s) similar(es), de maneira a não interromper o correto andamento da locação durante o tempo necessário aos reparos;



c) Deverá a contratada manter a documentação do veículo rigorosamente em dia, tais como: DPVAT, IPVA, Seguro contra Terceiros dentre outros que sejam necessários para o bom andamento do serviço;

d) Deverá a contratada responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade de terceiros, reparando às suas custas os danos causados durante a execução do objeto.

7.3. Dos requisitos e atribuições dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços (motorista):

a) Idade igual ou superior a 21 anos;

b) Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E" dentro do período de validade;

c) Apresentar comprovação de participação de curso de formação de Condutor de Transporte Escolar atualizado;

d) Comprovar que não tenha cometido infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

e) Apresentar certidão negativa do registro de antecedente Criminal, dos últimos 05 (cinco) anos.

f) O vencedor deverá apresentar os documentos acima na vistoria realizada pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, que deverá ser anexado ao processo.

7.4. Aos condutores são proibidos, sem prejuízo de outras exigências expressas Legislação Superior:

a) Fumar em serviço;

b) Transportar produtos tóxicos, inflamáveis, como: gás, combustível, produtos químicos de qualquer natureza, bem como, animais e volumes que prejudiquem o espaço físico e coloque em risco a integridade física do usuário;

c) Consumir e transportar bebida alcoólica nos veículos, bem como, transportar usuários alcoolizados;

d) Transportar outros passageiros que não sejam alunos, salvo nos casos de excepcionalidade;

7.5. O vencedor deverá apresentar comprovação da frota no ato da vistoria, através da relação detalhada dos veículos, que será anexada ao processo, contendo:

a) Marca, modelo, ano de fabricação;

b) Capacidade de passageiros;

c) Número de Renavam e placa;



d) Licenciamento atualizado;

e) Último certificado de inspeção de segurança veicular (Detran/CIRETRAN).

7.6. O vencedor deverá comprovar infraestrutura operacional no ato da vistoria, que será anexada ao processo:

a) Base local (ou regional próxima) para suporte logístico e manutenção dos veículos, comprovada através do **Alvará de Funcionamento**;

b) Canal de comunicação com a Secretaria de Educação para controle e acompanhamento dos serviços.

7.7.A Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deverá vistoriar periodicamente os veículos, mesmo após aprovação do DETRAN/CIRETRAN.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.2.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.3.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.4. Do(a) Preposto

8.4.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, sendo indicado no envio da proposta final.

8.4.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa a qualquer momento, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.5. Fiscalização (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

8.5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.5.2. Para acompanhamento, fiscalização e vistoria da execução dos serviços, e atesto dos serviços realizados e/ou das notas fiscais será exercida por meio de servidor devidamente designado para este fim, o qual ficará como responsável pela fiscalização da execução da respectiva contratação.

8.5.3. O fiscal da despesa será o responsável por acompanhar e atestar as notas objeto da execução.

8.5.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.5.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.5.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.5.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.5.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.6. Da gestão da contratação

8.6.1. A gestão do contrato deverá verificar antes de cada pagamento os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e a comprovação da Regularidade Fiscal Municipal e Estadual.

8.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



8.7.1. Verificação de autorização da demanda junto ao Gestor da pasta;

8.7.2. Juntada de manifestação técnica da controladoria interna, para aferição dos requisitos técnicos da despesa em apreço.

8.7.3. Aferição de existência de lastro orçamentário para o comprometimento da fonte, com a devida compatibilidade com a requisição inaugural.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Ao início de cada mês será formulado requisição/autorização referente aos serviços a serem executados.

9.2. Ao final de cada mês, a contratada deverá emitir nota fiscal referente aos serviços executados no período e deverá encaminhar para o setor de protocolo da administração, que será direcionada ao setor de fiscalização do contrato.

9.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios de realização dos serviços, bem como dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e a comprovação da Regularidade Fiscal Municipal e Estadual.

9.4. A fiscalização do contrato analisará/verificará a execução dos serviços, emitindo relatório, atentando ou não a execução dos serviços.

9.5. No relatório de fiscalização deverá ser apontado as possíveis irregularidades constatadas, devendo ser encaminhadas a autoridade superior.

9.6. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica de pagamento dos processos.

9.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução dos serviços do contrato.

9.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



9.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.10. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

9.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

9.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. VISTORIA PRÉVIA AO CERTAME

10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h;

10.1.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

10.1.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

10.1.3. O(a) licitante interessado(a), deverá agendar, previamente, com o setor responsável, dia e horário para o acompanhamento da vistoria, por meio do telefone da Secretaria Municipal de Educação, e-mail: semed.cariri@gmail.com e telefone: (63) 3383-1283;

11. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. A licitante deverá comprovar:

11.2. Regularidade fiscal;

11.3. Habilitação jurídica;

11.4. Qualificação econômico-financeira (balanço patrimonial, certidões, etc.);

11.5. Qualificação técnica, mediante apresentação de atestados que comprovem capacidade para executar transporte escolar.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES (art. 92, X, XI, XIV, XIV, XVI e XVII)

12.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações da Contratada:

a) Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sem nenhum custo oneroso para a administração em relação ao fornecimento;

b) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;

c) Assegurar a entrega do objeto licitado nos prazos definido;

d) Substituir/trocar, reparar/corrigir às suas expensas o veículo caso venha a ser recusado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

e) Atender com prontidão às reclamações;

f) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Solicitante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;

- g)** Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h)** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
- i)** Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- j)** Executar as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- k)** A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

12.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21 são Obrigações da Contratante:

- a)** Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas;
- b)** Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados;
- c)** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade encontrada na locação dos veículos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- d)** Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência do Contrato;
- e)** Arcar com as despesas de publicação do presente processo e dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- f)** Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- g)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- h)** Acompanhar e fiscalizar o contrato por um representante da Administração especialmente designado;
- i)** Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea "j", da Lei nº 14.133/2021)

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Solicitante descritas abaixo, podendo ser alteradas ou incluídas novas, desde que observada à existência de saldo e a classificação orçamentária conforme o seu Quadro de Detalhamento de Despesa, por meio de apostilamento;

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCACAO DE VEICULO. Fonte de Recurso: 15001001000000 – MDE.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCACAO DE VEICULO. Fonte de Recurso: 15530000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE).

13.2. As despesas relativas ao exercício financeiro de 2027 correrão à conta dos créditos orçamentários a serem consignados na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA 2027), ficando a execução das parcelas remanescentes condicionada à existência de disponibilidade orçamentária, nos termos do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A Administração deverá atestar, no início do exercício de 2027, a existência de créditos vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, procedendo-se à atualização dos dados orçamentários mediante Termo de Apostilamento, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5. Fraudar a licitação.

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

14.1.6.4. Abandonar o certame.

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo sancionador, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do Art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021; e

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes da Federação, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de

6 (seis) anos, condicionada a extinção dos seus efeitos à reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do Art. 156, IV, § 5º e Art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

Cariri do Tocantins/TO, 18 de março de 2026.

Responsável pela Elaboração:


Pedro Vitor Araujo Cirqueira
Diretor de Planejamento
Decreto 089/2025


Matias Luciano Santana
Diretor de Transporte

Aprovo o presente Termo de Referência:

MICHELINE
PEREIRA DE
ALMEIDA:00567
567125
Micheline Pereira de Almeida
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Decreto 30/2025

Assinado de forma
digital por MICHELINE
PEREIRA DE
ALMEIDA:00567567125
Dados: 2026.04.23
09:00:48 -03'00'

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Unidade Administrativa de Origem: Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO

Titular do Cargo: Micheline Pereira de Almeida

Cargo: Secretária Municipal de Educação

Responsáveis pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar: Diretoria de Planejamento, Diretoria de Transporte Escolar e Gestora do Fundo Municipal de Educação.

Descrição Resumida do Objeto: Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a constituição para a "Prestação de serviços de transporte escolar gratuito de alunos que residem na zona rural da rede municipal de ensino de Cariri do Tocantins."

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade a seguir especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento do suprimento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de contratação.

Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada contratação, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1. OBJETO

1.1. Trata-se de demanda comprometida com a instrução de processo, para selecionar a proposta mais vantajosa, com o fito de realizar a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS"**

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente documento integra a etapa inicial da fase de planejamento e apresenta a análise da viabilidade técnica, econômica e jurídica da solução identificada, fornecendo os subsídios necessários para fundamentar a contratação dos serviços de transporte escolar. O objetivo central é assegurar o atendimento adequado aos alunos da rede municipal de ensino, garantindo o acesso regular e seguro às unidades educacionais, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios constitucionais da educação.

2.2. O transporte escolar constitui serviço essencial para a concretização do direito fundamental à educação, especialmente para os estudantes residentes na zona rural, cujas condições geográficas e de infraestrutura viária dificultam o deslocamento diário até a escola. A inexistência ou interrupção desse serviço inviabilizaria a frequência escolar de um número significativo de alunos, comprometeria seu desempenho acadêmico, agravaria o risco de evasão e violaria o princípio da continuidade dos serviços públicos.

2.3. No município, mais de 205 alunos que residem em chácaras, fazendas, e assentamentos dependem exclusivamente do transporte escolar para acessar as instituições de ensino, muitos deles

situados em regiões de difícil acesso, com estradas não pavimentadas e longas distâncias até as unidades escolares. A ampliação e adequação da frota, bem como o aprimoramento da infraestrutura logística, configuram medidas indispensáveis para garantir inclusão educacional, segurança, permanência e igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

2.4. A descontinuidade do serviço, além de comprometer o direito constitucional à educação, impactaria diretamente o planejamento pedagógico, prejudicaria a frequência escolar e acarretaria custos adicionais decorrentes de soluções emergenciais, em desacordo com o princípio da eficiência administrativa previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Assim, a manutenção regular e qualificada do transporte escolar é condição imprescindível para o funcionamento adequado da rede pública de ensino.

2.5. A demanda por transporte escolar no município abrange os alunos matriculados na Escola Municipal Divina Ribeiro Borges e no CMEI Professora Luzia Souza Ferreira, ambos atendendo estudantes residentes na zona rural. Atualmente, são necessárias 14 rotas diárias para garantir o deslocamento desses educandos. Entretanto, a frota própria do município é insuficiente para atender toda a demanda, tornando imprescindível a contratação de empresa especializada para complementar a execução do serviço.

2.6. As quantidades de veículos e rotas foram definidas com base nas planilhas encaminhadas pelas unidades escolares, contendo o detalhamento das rotas, o quantitativo de alunos atendidos e as necessidades específicas de cada trajeto. Os documentos comprobatórios, relatório de rotas, relação de alunos e calendário escolar encontram-se anexos a este processo.

2.7. Diante do exposto, a contratação do serviço de transporte escolar justifica-se pela necessidade de assegurar o deslocamento diário dos estudantes às unidades educacionais, garantindo acesso, permanência e regularidade das atividades escolares. A prestação do serviço deverá abranger os 200 dias letivos previstos no calendário escolar anual, podendo ultrapassar o exercício financeiro, garantindo conformidade legal, continuidade do serviço público e o pleno cumprimento das políticas educacionais do município.

2.8. Fundamentação Legal

2.8.1. A presente contratação encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece, no artigo 208, inciso VII, a obrigação do Estado de garantir o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares, incluindo o transporte escolar.

2.8.2. Ademais, a legislação educacional reforça essa obrigatoriedade, conforme disposto:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.862/2024, que determina a responsabilidade do poder público na oferta do transporte escolar;
- Lei nº 10.880/2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), regulamentado pela Resolução/CD/FNDE/Nº 45/2013, consolidando a obrigatoriedade da prestação desse serviço pelo ente municipal;
- Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), que em seu artigo 54, inciso VII, determina que o transporte escolar é direito fundamental da criança e do adolescente;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que no artigo 11, inciso VI, impõe aos municípios a responsabilidade pela garantia do transporte dos alunos da rede municipal.

2.8.2.1. Diante desse arcabouço normativo, evidencia-se que a responsabilidade do município na prestação do serviço de transporte escolar não apenas decorre de sua competência constitucional e legal, mas também se impõe como medida de garantia da igualdade de acesso ao ensino.

2.9. Planejamento e Continuidade do Serviço

2.9.1. O transporte escolar será realizado de segunda a sexta-feira, e, quando necessário, nos finais de semana, de acordo com a demanda e o cumprimento do calendário escolar. A continuidade desse serviço é fundamental para assegurar a permanência dos alunos no ambiente escolar, prevenindo a evasão e assegurando a regularidade do processo de ensino-aprendizagem.

2.9.2. Dessa forma, a administração pública deve adotar medidas que garantam a eficiência da contratação, observando os princípios da economicidade e da regularidade administrativa, de forma a garantir a adequada prestação do serviço, em conformidade com as diretrizes orçamentárias e financeiras do município.

2.9.3. Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação do serviço de transporte escolar é medida indispensável para garantir o direito constitucional à educação, promovendo a inclusão e a equidade no acesso ao ensino.

2.9.4. A interrupção desse serviço geraria prejuízos irreparáveis aos estudantes, impactando negativamente seu aprendizado e sua permanência nas unidades escolares, além de configurar descumprimento das normas educacionais vigentes. Além disso, o respaldo jurídico apresentado demonstra que a prestação desse serviço constitui obrigação do município, sendo sua continuidade uma necessidade administrativa que atende aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

2.9.5. Assim, a contratação do transporte escolar não apenas se justifica, mas se impõe como ação essencial para o cumprimento das responsabilidades educacionais do município, garantindo aos alunos da rede pública de ensino um direito fundamental.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A licitante deverá comprovar:

- a)** Regularidade fiscal;
- b)** Habilitação jurídica;
- c)** Qualificação econômico-financeira (balanço patrimonial, certidões, etc.);
- d)** Qualificação técnica, mediante apresentação de atestados que comprovem capacidade para executar transporte escolar.

3.1.2. A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e das Resoluções do CETRAN, CONTRAN e CONATRAN e demais normas vigentes.

3.1.1. A presente contratação se dará com veículos que estejam em perfeitas condições de uso e ter capacidade compatível com a quantidade de passageiros a serem transportados, visando a segurança e o conforto.

3.1.4. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo os seus riscos e a despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda, efetuar o fornecimento do objeto em perfeitas condições e uso conforme especificações constantes no Termo de Referência.

3.1.5. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão ofertados, bem como, arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto.

3.2. Deverá ser realizado vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação nos veículos após a habilitação do vencedor, verificando as condições e exigências abaixo:

- a)** Cintos de Segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- b)** Extintor dentro do prazo de validade e conforme determinar a legislação Nacional em vigor;
- c)** Registrador de Velocidade - Tacógrafo e os discos devem ser trocados periodicamente conforme determina a Legislação Nacional em vigor;
- d)** Pintura de faixas horizontais na cor amarela nas laterais e traseira do veículo, contendo a inscrição da palavra "ESCOLAR" na cor preta;
- e)** Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- f)** Alarme sonoro de marcha ré;
- g)** Município poderá recusar qualquer veículo se constatado mediante vistoria a inadequação para a prestação do serviço;
- h)** Os veículos deverão possuir idade máxima de 10 anos.
- i)** Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como, por inobservância das especificações técnicas exigidas pela Legislação aplicável.

3.3. O licitante deverá submeter os veículos à vistoria/fiscalização do DETRAN/CIRETRAN após a assinatura do contrato no prazo estipulado pela administração. Deverá também ser realizado no início do segundo semestre.

- a)** A Autorização do DETRAN (CIRETRAN) e da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível;
- b)** Em caso de veículos estragados e/ou danificados que impeçam a execução do serviço, deverão estes ser substituídos no prazo imediato determinado pela Administração por outro(s) similar(es), de maneira a não interromper o correto andamento da locação durante o tempo necessário aos reparos;
- c)** Deverá a contratada manter a documentação do veículo rigorosamente em dia, tais como: DPVAT, IPVA, Seguro contra Terceiros dentre outros que sejam necessários para o bom andamento do serviço;
- d)** Deverá a contratada responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade de terceiros, reparando às suas custas os danos causados durante a execução do objeto.

3.4. Dos requisitos e atribuições dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços (motorista):

- a)** Idade igual ou superior a 21 anos;

- b) Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E" dentro do período de validade;
- c) Apresentar comprovação de participação de curso de formação de Condutor de Transporte Escolar atualizado;
- d) Comprovar que não tenha cometido infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;
- e) Apresentar certidão negativa do registro de antecedente Criminal, dos últimos 05 (cinco) anos.
- f) O vencedor deverá apresentar os documentos acima na vistoria realizada pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, que deverá ser anexado ao processo.

3.5. Aos condutores são proibidos, sem prejuízo de outras exigências expressas Legislação Superior:

- a) Fumar em serviço;
- b) Transportar produtos tóxicos, inflamáveis, como: gás, combustível, produtos químicos de qualquer natureza, bem como, animais e volumes que prejudiquem o espaço físico e coloque em risco a integridade física do usuário;
- c) Consumir e transportar bebida alcoólica nos veículos, bem como, transportar usuários alcoolizados;
- d) Transportar outros passageiros que não sejam alunos, salvo nos casos de excepcionalidade;

3.6. O vencedor deverá apresentar comprovação da frota no ato da vistoria, através da relação detalhada dos veículos, que será anexada ao processo, contendo:

- a) Marca, modelo, ano de fabricação;
- b) Capacidade de passageiros;
- c) Número de Renavam e placa;
- d) Licenciamento atualizado;
- e) Último certificado de inspeção de segurança veicular (Detran/CIRETRAN).

3.7. O vencedor deverá comprovar infraestrutura operacional no ato da vistoria, que será anexada ao processo:

- a) Base local (ou regional próxima) para suporte logístico e manutenção dos veículos, comprovada através do Alvará de Funcionamento;
- b) Canal de comunicação com a Secretaria de Educação para controle e acompanhamento dos serviços.

3.8. A Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deverá vistoriar periodicamente os veículos, mesmo após aprovação do DETRAN/CIRETRAN.

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE SERVIÇOS

4.1. As atuais rotas estão relacionadas abaixo com as respectivas distâncias em quilometragem entre o primeiro embarque e as unidades escolares. Essas distâncias servirão como base para estimativa da quilometragem total.

4.2. A unidade de contratação escolhida foi o quilômetro rodado, visando maior controle do quantitativo realmente utilizado. As quantidades foram estimadas utilizando como base o deslocamento necessário para transporte dos estudantes até as escolas, sendo que a quilometragem total da rota considera como ponto de partida o local em que se embarcam os primeiros estudantes e ponto final a última escola em que desembarca os últimos estudantes, multiplicando-se a quilometragem obtida por (02) dois por se tratar de um único turno.

ROTA 1			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	221	FAZ. AVANTE
SENDO: 02 VIAGENS DE 110,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 221 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 44.200			

ROTA 2			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	248	BALISA
SENDO: 02 VIAGENS DE 124 KM CADA, COM UM TOTAL DE 248 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 49,600			

ROTA 3			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	246	ASSENTAMENTO GAMELEIRA
SENDO: 02 VIAGENS DE 123 KM CADA, COM UM TOTAL DE 246 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 49.200			

ROTA 4			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	135	FAZENDA MARCO AURELIO
SENDO: 02 VIAGENS DE 67,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 135 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.000			


ROTA 5			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	136	FAZENDA MARISTELA
SENDO: 02 VIAGENS DE 68 KM CADA, COM UM TOTAL DE 136 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.200			

ROTA 6			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	256	FAZENDA SANTA HELENA
SENDO: 02 VIAGENS DE 128 KM CADA, COM UM TOTAL DE 256 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 51.200			

ROTA 7			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	231	ASSENTAMENTO SERRINHA
SENDO: 02 VIAGENS DE 115,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 212 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 46.200			

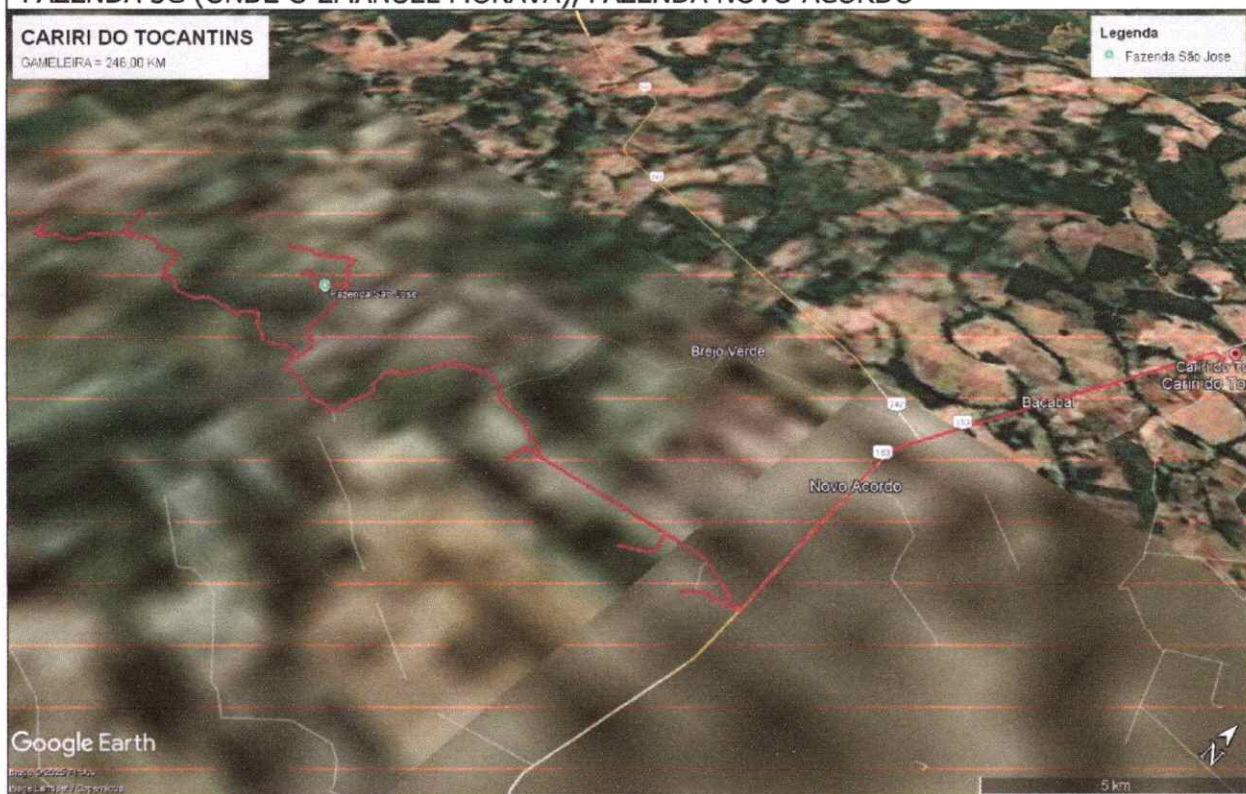
RESUMO DAS ROTAS				
	ROTA	KM RODADOS DIA	DIAS LETIVOS	TOTAL DE KM ANUAL
1	AVANTE	221	200	44.200
2	BALISA	248	200	49.600
3	GAMELEIRA	246	200	49.200
4	MARCO AURELIO	135	200	27.000
5	MARISTELA	136	200	27.200
6	SANTA HELENA	256	200	51.200
7	SERRINHA	236	200	47.200
TOTAL				295.600

ROTAS E DISTÂNCIAS – DEMANDA ATUAL (EM KM)

ROTA 1	Região Avante
FAZENDA BOA ESPERANÇA, FAZENDA N. SENHORA APARECIDA, FAZENDA RETIRO, FAZENDA AVANTE.	
	
ROTA 2	Região Gameleira

FAZENDA GAMELEIRA, FAZENDA BELA VISTA, FAZ. SANTA ROSA, FAZENDA SANTA ROSA, FAZENDA SANTA HELENA, FAZ. DO ZÉ MARIA, FAZENDA DAS MANGAS, FAZENDA DO IRINEL, FAZENDA 3G (ONDE O EMANUEL MORAVA), FAZENDA NOVO ACORDO

CARIRI DO TOCANTINS
GAMELEIRA = 246,00 KM



ROTA 3 | Região Maristela

RETIRO ESPERANÇA – MARAJOARA, FAZ. MARAJOARA, FAZENDA COQUEIRO, FAZENDA SANTA CLARA, FAZ. SANTO ANTONIO (SEDE), FAZ. MARAJOARA, FAZENDA MARISTELA.

ROTA MARISTELA
CARIRI DO TOCANTINS



ROTA 4 | Região Santa Helena

FAZ. BONANÇA, CHACARA RECANTO, FAZENDA COQUEIRO, FAZ. SÃO VICENTE, FAZENDA ESMERALDA, POSTO ALIANÇA, LUIZ DULCE, RETIRO DA FAZ. SÃO VICENTE, FAZENDA CRISTAL.



ROTA 5 | Região da Serrinha

FAZENDA MARCA 5, FAZENDA SANTA RITA, FAZENDA CABECEIRA VERDE, FAZENDA LUANA, MAE DE OURO, FAZENDA SERRANO, FAZENDA CABECEIRA VERDE.



ROTA 6 Região Balisa

FAZENDA CONQUISTA, SECADOR DA MARIQUINHA, FAZENDA BALISA, AGROPECUÁRIA RECANTO (PRÓXIMO AO SALMERON), RANCHO FREE NORTE, FAZENDA RECANTO (PROXIMO A FAZ. UBERABA), FAZENDA SERTÃO DO ANGICO, FAZENDA PARAISINHO, FAZENDA PRINCESA, RETIRO FAZENDA SERTÃO DO ANGICO,



ROTA 7 Região Marco Aurélio

FAZENDA BEIRA DA MATA, FAZENDA MARCO AURÉLIO



4.3. As quilometragens e rotas indicadas nos mapas acima servem apenas de referência para o ano letivo de 2026, não constituindo obrigação por parte do Departamento de Transporte Escolar de efetuar-las à risca, podendo ser menor ou maior, de acordo com as necessidades, ou ainda, a Administração poderá solicitar que as viagens se originem de outros locais. Também poderão ser suspensos os serviços, desde que justificado.

4.4. Para a confecção da proposta, de acordo com o Calendário Escolar de 2026, deverá ser considerado:

- 200 Dias letivos, podendo haver sábados letivos;
- Horário das aulas de segunda a sexta-feira: 09h00min às 17h00min (horário integral);
- Horário das aulas nos sábados: das 07h00min às 12h10min
- Os horários apresentados são apenas indicativos, referindo-se ao início das aulas. As rotas deverão ser realizadas com antecedência, podendo os horários serem alterados conforme necessidade, a critério da Administração.

4.4.1. Para o ano letivo vigente, deverá ser apresentado Calendário Escolar de 2027, visto que o contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, e a continuidade do serviço de transporte escolar.

4.5. As rotas são definidas conforme necessidade da Administração. Os itinerários e os horários predeterminados poderão ser alterados de comum acordo com a Contratada e sempre que for necessário em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego e/ou inclusão de alunos.

4.6. Para efeito de início da contagem da quilometragem será considerada a saída dos veículos da garagem ou de outro ponto de referência a ser definido pela Administração.

4.7. O Departamento de Transporte Escolar não garante uma quantidade mínima de quilômetros rodados por mês, pois pode ser alterado conforme a necessidade para atender os alunos, seja aumentando com a chegada de um aluno novo ou diminuindo devido a um aluno ter se mudado.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para subsidiar a estimativa de custos e identificar a média de preços praticados no mercado, será realizado um levantamento de mercado conforme determina a lei.

5.1.1. A pesquisa deverá ser realizada observando os parâmetros estabelecidos na legislação, podendo também ser obtido com empresas prestadoras de serviços de transporte escolar, buscando assegurar uma estimativa realista e compatível com os valores atualmente praticados.

5.1.2. A pesquisa deverá observar os valores por quilômetro rodado e por rota, conforme modalidade de veículo e tipo de via (pavimentada ou não), custos operacionais médios, incluindo combustível, manutenção, remuneração de motoristas e encargos administrativos, entre outros.

5.1.3. As informações obtidas serão consolidadas e servirão de base para a estimativa de valor da contratação, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações do Guia de Boas Práticas para Elaboração de ETP e Termo de Referência da Administração Pública.

5.1.4. Dessa forma, o levantamento de mercado garante maior transparência, competitividade e aderência aos preços de mercado contribuindo para a escolha da proposta mais vantajosa e a boa gestão dos recursos públicos.

5.2. A solução escolhida;

5.2.1. Após a análise das alternativas disponíveis, a solução escolhida consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de transporte escolar, por meio de processo licitatório, visando garantir a continuidade e a eficiência do atendimento aos alunos da zona rural do Município de Cariri do Tocantins/TO.

5.3. A adoção desse modelo se mostra a mais adequada, considerando que:

- O Município não dispõe de frota própria suficiente e adequada para atender à totalidade das rotas necessárias;
- À terceirização do serviço possibilita maior flexibilidade na gestão das rotas e substituição de veículos, reduzindo custos com manutenção, combustível e pessoal;
- A contratação de empresa ou prestador especializado assegura profissionalização do serviço, observância das normas de segurança, cumprimento de exigências legais e melhor controle administrativo;
- A solução está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.3.1. Dessa forma, a escolha da presente solução busca garantir transporte escolar seguro, regular e de qualidade, atendendo integralmente à demanda dos estudantes e contribuindo para a efetividade das políticas públicas de educação no município.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A presente demanda será atendida por meio da contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, uma escolha que se destaca tanto pela sua viabilidade técnica quanto econômica. Além disso, essa solução já tem sido implementada com sucesso nos últimos anos, demonstrando sua eficácia em atender integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

6.2. Ressalte-se, ainda, que o presente processo de contratação é justificado devido ao município não dispor do quantitativo suficiente de veículo escolar próprio, de acordo com as especificações da Resolução nº 0006/2009, do CETRAN/TO, e legislação de trânsito aplicada ao caso, para execução direta com o transporte de alunos residentes na zona rural que frequentam unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

6.3. Destaca-se, inclusive, que a solução selecionada é mais vantajosa economicamente para o município, pois a contratação dispõe de previsão prévia com todos os encargos de pagamento de pessoal, de insumos dos veículos, combustível, tributos e impostos decorrentes da prestação do serviço, que será de responsabilidade da empresa/instituição contratada, visto que todos os valores e encargos já estão contabilizados no valor a ser pago em cada km rodados nos **itens/rotas a serem atendidos**.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A presente demanda será realizada de forma parcelada, contínua e com previsão do seu pagamento de acordo com a realização de cada etapa. Isto porque, é a solução que melhor se enquadra no critério de julgamento, ou seja, adjudicação por item, é o que prevê a jurisprudência pacificada do TCU na sumula 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

7.2. Além disso, a disputa e, conseqüentemente, a adjudicação por item, na forma de parcelamento do objeto, proporciona um ambiente de maior competitividade e economia em escala, já que é possível buscar no mercado diferentes e em potenciais concorrentes para o oferecimento de propostas para o objeto.

7.3. A contratação será realizada por procedimento que vise o atendimento ao interesse público, considerando que a necessidade consiste em adquirir de forma parcelada os itens no decorrer do ano e conforme necessidade, respeitando o quantitativo a definir no Termo de Referência.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação irá trazer padronização nas demandas que são oferecidas na execução orçamentária, de forma a melhor compor a estrutura administrativa da gestão do município.

8.1.1. Com a presente contratação, objetiva-se alcançar resultados satisfatórios com a educação básica dos alunos do município e da rede estadual, que utilizam transporte escolar para ingresso e permanência à unidade de ensino.

8.1.2. Com a frequência dos alunos mantida, sem a interrupção por falta de transporte, o município poderá alcançar as metas previstas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, além disso, os discentes não terão prejudicado seu desenvolvimento para a vida profissional.

8.1.3. Cumpre destacar, ainda, que a infrequência e/ou evasão escolar, pode interferir diretamente nos repasses de verbas/recursos que subsidiam a manutenção do ensino da rede pública do município e do estado.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

10.1. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução, utilizando materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, priorizando a segurança, durabilidade e eficiência. As escolhas devem visar à redução da geração de resíduos, ao menor desperdício de recursos e à mitigação dos impactos

10.2. Recomenda-se que a contratada adote ações que minimizem a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente nocivas, visando à preservação da qualidade do ar, à saúde dos usuários, à integridade dos sistemas prediais e à proteção do meio ambiente. Entre as medidas sugeridas, destaca-se a utilização de combustíveis menos poluentes.

10.3. Devem ser observadas as diretrizes contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª Edição, de agosto de 2021.


11. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após na realização deste estudo técnico preliminar, foi constatado a **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**, para garantia e manutenção do desempenho das atividades regulares da Secretaria Municipal de Educação.

Este ETP está de acordo com a legislação vigente. Diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, sobre o direito e garantia de transporte escolar gratuito e de boa qualidade, que assegure a integridade física e moral de todos os envolvidos nesse eixo que se faz necessário para que o processo escolar possa atender a todos os alunos do município. Neste sentido, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

Cariri do Tocantins/TO, 09 de março de 2025.

Responsável pela Elaboração:


Pedro Vitor Araujo Cirqueira
Diretor de Planejamento


Matias Luciano Santana
Diretor de Transporte

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar:

MICHELINE PEREIRA DE
ALMEIDA:00567567125
125
Micheline Pereira de Almeida
Gestora do Fundo Municipal de Educação

Assinado de forma digital
por MICHELINE PEREIRA DE
ALMEIDA:00567567125
Dados: 2026.04.23 11:11:46
+03'00'

**RELATÓRIO DE
COORDENADAS DAS
ROTAS DO TRANSPORTE
ESCOLAR**

RELATÓRIO DE COORDENADAS DAS ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS – TO

1.0 OBJETIVO

O presente relatório tem por objetivo apresentar as Cordenadas Geograficas e as distâncias percorridas pelo transporte escolar no município de Cariri do Tocantins – TO.

Todos os dados foram obtidos por meio do software Google Earth para a concepção e análise dos dados. Mapeamento das coordenadas geográficas é uma ferramenta utilizada por escolas, órgãos públicos ou movimentos sociais para registrar as oportunidades de uma determinada região, bairro ou cidade. Além dos pontos positivos, o mapeamento também pode mostrar quais são os problemas locais. Idealmente, quando essas questões são apontadas, os mapas devem salientar quais organizações e sujeitos daquele território podem auxiliar na sua solução.

Nas tabelas abaixo os dados estão subdivididos por Rotas, onde para cada uma está apresentado o turno de rodagem, a distância percorrida diariamente bem como os pontos estratégicos com suas respectivas coordenadas (Longitude e Latitude).

O município de Cariri do Tocantins – TO, apresenta uma área total de 1.126,291 km² com isso apresenta uma grande área de zona rural. Portanto o Transporte Escolar Rural de Cariri conta com uma distância total de 1.478,00 km de rodagem diária para atender os alunos da zona rural.



2.0 ROTAS

ROTA AVANTE
TURNO TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA 221,00
DIÁRIA

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,16252423	-11,89009106
2	-49,1620387	-11,88059326
3	-49,21184192	-11,85536416
4	-49,23094514	-11,84343963
6	-49,25482702	-11,81881092
7	-49,27365226	-11,8265521
8	-49,26956365	-11,8317971
5	-49,25507907	-11,84467254
9	-49,2744169	-11,82671399
10	-49,28768533	-11,82588546
11	-49,29401565	-11,8360657
12	-49,30183605	-11,85190907
13	-49,29440479	-11,83496386
CARIRI DO TOCANTINS	-49,1622651	-11,89036102

ROTA BALISA
TURNO TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA 248,00 KM
DIÁRIA

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,16149786	-11,89578612
2	-49,16365838	-11,92976826
3	-49,15014614	-11,95719111
4	-49,1412601	-11,95132936
5	-49,13155425	-11,95497705
6	-49,13092392	-11,95431346
7	-49,11685807	-11,9843592
8	-49,12208568	-11,96836028
9	-49,12969993	-11,97248916
10	-49,12621045	-11,99210982
11	-49,13603198	-11,98961293
12	-49,14215054	-11,99139417
13	-49,14014759	-11,99740781

CARIRI DO TOCANTINS -49,16243933 -11,89083566

ROTA GAMELEIRA

TURNO TEMPO INTEGRAL

DISTÂNCIA 246,00 KM

DIÁRIA

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,14097517	-11,94320996
2	-49,40741257	-12,03434937
3	-49,38757529	-12,03011223
4	-49,38757529	-12,03011223
5	-49,38757529	-12,03011223
6	-49,38757529	-12,03011223
7	-49,38757529	-12,03011223
8	-49,38757529	-12,03011223
9	-49,38091252	-12,03690952
10	-49,37452565	-12,00354342
11	-49,37452565	-12,00354342
12	-49,37452565	-12,00354342
13	-49,27836948	-11,86175898
CARIRI DO TOCANTINS	-49,16341295	-11,8906619

ROTA MARCO AURELIO

TURNO TEMPO INTEGRAL

DISTÂNCIA 135,00 KM

DIÁRIA

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,16209127	-11,89043212
2	-49,16118085	-11,89764091
3	-49,16456428	-11,92936092
4	-49,16588435	-11,93912262
5	-49,1670656	-11,93852816
6	-49,17378839	-11,94535465

7	-49,16537604	-11,94085084
8	-49,15334122	-11,94525639
9	-49,15031291	-11,97057373
10	-49,14555413	-11,97667597
11	-49,15133282	-11,97394508
12	-49,15426747	-11,98649916
13	-49,10631201	-12,0518184
CARIRI DO TOCANTINS		-49,16249242 -11,89058441

ROTA

MARISTELA

TURNO

TEMPO INTEGRAL

DISTÂNCIA

136,00 KM

DIÁRIA

PONTOS	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,16241997	-11,89052249
2	-49,15489377	-11,8912573
3	-49,03976417	-11,96991967
4	-49,05245651	-11,99094498
5	-49,0469944	-12,03373409
6	-49,05185127	-11,99142246
7	-49,06910897	-12,00308359
8	-49,06776642	-12,01105776
9	-49,06776642	-12,01105776
9	-49,05145003	-11,98961425
10	-49,03320366	-11,96348717
11	-49,03751364	-11,96917791
12	-49,05594968	-11,94712219
CARIRI DO TOCANTINS		-49,16228169 -11,89091358

ROTA

SANTA HELENA

TURNO

TEMPO INTEGRAL

DISTÂNCIA

256,00 KM

DIÁRIA

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,19545403	-12,0902034
2	-49,2258685	-12,09662269
3	-49,25822063	-12,09910717
4	-49,25881962	-12,09323569
5	-49,25857706	-12,06659678
6	-49,23372097	-12,07543317
7	-49,2366659	-12,08181306
8	-49,23212209	-12,07482504
9	-49,20464279	-12,07025596
10	-49,20023237	-12,02317639
11	-49,20837837	-12,02555534
CARIRI DO TOCANTINS	-49,16241404	-11,89043006

ROTA	SERRINHA
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	231,00 KM
DIÁRIA	

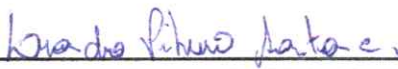
PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,20387056	-11,95972903
2	-49,22804961	-11,96895981
3	-49,23980036	-11,96798108
4	-49,23981016	-11,97137323
5	-49,24159241	-11,96829012
6	-49,24811048	-11,97742302
7	-49,25929557	-11,98363189
8	-49,275064	-11,98524079
9	-49,27487141	-11,98686123
10	-49,27810129	-12,01403907
CARIRI DO TOCANTINS	-49.162533°	-11.891052°


3.0 RESUMO DAS ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL

	ROTA	TURNO	DISTÂNCIA DIÁRIA (KM/DIA)
1	AVANTE	TEMPO INTEGRAL	221,00
2	BALISA	TEMPO INTEGRAL	248,00
3	GAMELEIRA	TEMPO INTEGRAL	246,00
4	MARCO AURELIO	TEMPO INTEGRAL	135,00
5	MARISTELA	TEMPO INTEGRAL	136,00
6	SANTA HELENA	TEMPO INTEGRAL	256,00
7	SERRINHA	TEMPO INTEGRAL	236,00
	TOTAL		1.478,00

CARIRI DÔ TOCANTINS, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.



MATIAS LUCIANO SANTANA
DIRETOR DE TRANSPORTES

J L SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 42.516.248/0001-50

MICHELINE PEREIRA ALMEIDA.
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO





IRI DO TOCANTINS

EIRA = 246,00 KM

Legenda

Fazenda



Fazenda São João

Brejo Verde

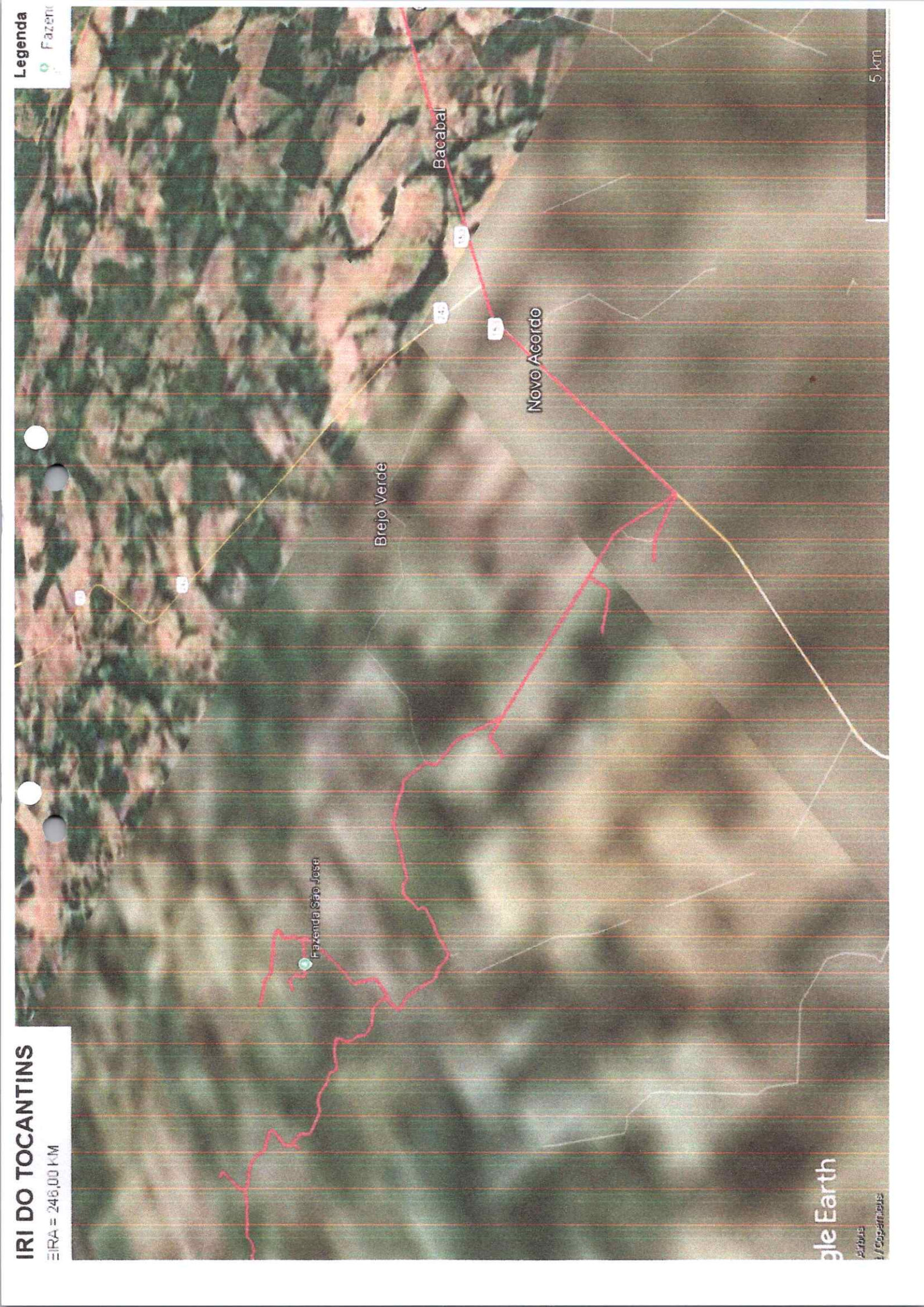
Bacabal

Novo Acordo

Google Earth

ARBUS
1/Copernicus

5 km



do Tocantins

IGREJA SÃO BENEDITO

Bacabal

Vergel do cerrado

Novo Acordo

gle Earth

Arbus

4 km



A MARISTELA
DO TOCANTINS

Legenda

• MARISTELA 1

Ponderosa

ocantins

le Earth

4 km



A SANTA HELENA DO TOCANTINS

Legenda
SANTA HELENA

Brejo Verde

Carri do Tocantins

Bacabal

Novo Acordo

Vergel do Serradinho

IGREJA SÃO BENEDITO

Google Earth
Imagens de Satélite

6 km

IÃO SERRINHA

DO TOCANTINS

Legenda

ROTA SERRINHA



Brejo Verde

Bacabal

Cariri do

Novo Acorido

Poço Azul

ple Earth

PARANÁ

8 km



RELAÇÃO DE ALUNOS

ZONA RURAL



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: BERCÁRIO I-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Id matrícula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: MATERNAL I A-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Id matrícula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: MATERNAL I B-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Id matrícula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula
1	4781	ANA LIVIA ALVES LOURENÇO	RURAL	MATERNAL I B-INT	MATERNAL I	CURSANDO
2	4802	MARIETA SOFIA GUIMARAES BRITO	RURAL	MATERNAL I B-INT	MATERNAL I	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: MATERNAL II A-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Id matrícula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula
1	4796	HEITOR MONTEL PAULINO	RURAL	MATERNAL II A-INT	MATERNAL II	CURSANDO
2	4139	MARIA ALLYCE GUIMARÃES DA SILVA	RURAL	MATERNAL II A-INT	MATERNAL II	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: MATERNAL II B-INT				Período letivo: 2026		
--------------------------	--	--	--	----------------------	--	--

Ord.	Idmatricula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula
------	-------------	------	--------------------	-------	-------	----------------



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: PRE-ESCOLA I A-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Idmatricula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula
1	4104	JOSÉ PAULO BARBOSA MAMEDE	RURAL	PRE-ESCOLA I A-INT	PRE-ESCOLA I	CURSANDO
2	4837	YOHANNA SANTIAGO ALENCAR	RURAL	PRE-ESCOLA I A-INT	PRE-ESCOLA I	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Edr

Turma: PRE-ESCOLA I B-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Idmatricula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula
1	4859	GEORGE LUCAS BARROS DE CARVALHO	RURAL	PRE-ESCOLA I B-INT	PRE-ESCOLA I	CURSANDO
2	4886	LUNNA ISADORA SILVA FERREIRA	RURAL	PRE-ESCOLA I B-INT	PRE-ESCOLA I	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: PRE-ESCOLA II A-INT				Período letivo: 2026		
Ord.	Idmatricula	Nome	Zona de residência	Turma	série	Sit. matrícula
1	4206	ARYELA FERREIRA DA CUNHA	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
2	4018	EMILY FERREIRA SOARES	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
3	4827	ENZO KALEB LEMES DE OLIVEIRA	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
4	4203	HELLENA LIMA PIMENTEL	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
5	4359	IZABELLY BATISTA SOUSA TERÇO	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
6	4840	MARYANA MONTELL PAULINO	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
7	4244	NICOLE NOLETO DE SOUSA	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
8	4361	PEDRO ELIAS BATISTA SOUSA TERÇO	RURAL	PRE-ESCOLA II A-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUZIA SOUZA FERREIRA
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: PRE-ESCOLA II B-INT				Período letivo: 2026		
----------------------------	--	--	--	----------------------	--	--

Ord.	Idmatricula	Nome	Zona de residência	Turno	Série	Sit. matrícula
1	4242	ARTHUR PYERRE MARQUES TURIBIO	RURAL	PRE-ESCOLA II B-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
2	4617	HELOISA FONSECA ALVES	RURAL	PRE-ESCOLA II B-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
3	4202	ISAAC MARTINS DOS SANTOS	RURAL	PRE-ESCOLA II B-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
4	3705	MARCELO BENICIO FERREIRA VIANA	RURAL	PRE-ESCOLA II B-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO
5	4240	MARIA ELOA AGUIAR DA SILVA	RURAL	PRE-ESCOLA II B-INT	PRE-ESCOLA II	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 1201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	3960	ENZO FRANCISCO MILHOMEM NASCIMENTO	RURAL	1201	1º ANO	CURSANDO
2	4708	LUÍS OTÁVIO RODRIGUES DA SILVA	RURAL	1201	1º ANO	CURSANDO
3	3415	MARCONDES NETO VALVERDE CICOTTI	RURAL	1201	1º ANO	CURSANDO
4	3136	YARIN SANTIAGO ALENCAR	RURAL	1201	1º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Edu.

Turma: 1202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	4888	ANTONELLA VALADARES CRUZ	RURAL	1202	1º ANO	CURSANDO
2	3941	JOÃO LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	RURAL	1202	1º ANO	CURSANDO
3	3946	MARIA EDUARDA FERNANDES LIMA	RURAL	1202	1º ANO	CURSANDO
4	3961	SAMUEL BORGES PRALON	RURAL	1202	1º ANO	CURSANDO
5	2951	SOPHIA SOARES DIAS	RURAL	1202	1º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 2201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	4609	ANA VITÓRIA GONZAGA PEREIRA	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO
2	3830	DAVI EMANUEL SOUZA BORGES	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO
3	4871	DHECKA FERNANDA DE SOUZA	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO
4	4730	ISABELA GOMES DA SILVA COSTA	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO
5	4047	JOSÉ MARCOS BEKIMAN XAVIER JORGE VARGAS	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO
6	4456	JULIANO PEREIRA GAMA	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO
7	3792	MARIA CLARA BORGES BEZERRA	RURAL	2201	2º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 2202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	4175	ANA SOFIA MARQUES DE MORAIS	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO
2	3459	EMILLY CONCEIÇÃO RICASTRE	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO
3	4641	GEOVANA LEMOS DE SOUSA	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO
4	3018	MARCOS GABRIEL OLIVEIRA SANTOS	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO
5	4892	MARIA ELOÁ ALVES NUNES	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO
6	3457	RICKELME FERREIRA DE JESUS	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO
7	4714	YSABELLA DA SILVA ALMEIDA	RURAL	2202	2º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 2203			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	3451	ERICK CONCEIÇÃO RICASTRE	RURAL	2203	2º ANO	CURSANDO
2	3427	GISELLY MARTINS DOS SANTOS	RURAL	2203	2º ANO	CURSANDO
3	3429	GRAZIELLY MARTINS DOS SANTOS	RURAL	2203	2º ANO	CURSANDO
4	2695	MARCUS JORGE LEAO	RURAL	2203	2º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 3201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	4424	CLARA SOPHIA GOMES DIAS	RURAL	3201	3º ANO	CURSANDO
2	3783	FABIOLA MARTINS COSTA	RURAL	3201	3º ANO	CURSANDO
3	2849	HELOISA SOARES DIAS	RURAL	3201	3º ANO	CURSANDO
4	3472	ISIS OLIVEIRA CARVALHO	RURAL	3201	3º ANO	CURSANDO
5	2659	JOÃO MIGUEL SOARES LIMA PEREIRA DA SILVA	RURAL	3201	3º ANO	CURSANDO
6	1629	MIGUEL ANTONIO SANTOS MACEDO	RURAL	3201	3º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 3202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	3435	GUILHERME PACHECO SOUSA	RURAL	3202	3º ANO	CURSANDO
2	3484	JOÃO MARCOS ARAUJO DA SILVA	RURAL	3202	3º ANO	CURSANDO
3	3971	LORENA ESPINDOLA RODRIGUES	RURAL	3202	3º ANO	CURSANDO

Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
4	3488	VLADSON BEZERRA MENEZES	RURAL	3202	3º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 3203			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	4728	HEITOR ALVES CORREIA	RURAL	3203	3º ANO	CURSANDO
2	4110	HERBERT ROSA DE SOUSA	RURAL	3203	3º ANO	CURSANDO
3	3893	HEYTOR FONSECA PUTÊNCIO	RURAL	3203	3º ANO	CURSANDO
4	3978	KAHUANY DE SOUZA LIMA	RURAL	3203	3º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 4201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	3337	AYLLAH LAVINIA MARQUES DUARTE	RURAL	4201	4º ANO	CURSANDO
2	2322	LUIS EDUARDO NASCIMENTO MARQUE	RURAL	4201	4º ANO	CURSANDO
3	2512	MARIA SOFIA ALVES MILHOMEN REIS	RURAL	4201	4º ANO	CURSANDO
4	2323	WELKYSN RODRIGUES CAVALCANTE	RURAL	4201	4º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 4202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	3044	GABRIELLY MARTINS FERREIRA	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO
2	1989	ISAAC SILVA SANTOS	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO
3	1987	PAULO HENRYQUE SOARES CAMPOS	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO
4	3075	PEDRO HENRIQUE DIAS DE OLIVEIRA	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO
5	3094	THÉO COSTA DOS SANTOS	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO
6	3014	WENDESON HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO
7	4627	WENDYLA OLIVEIRA MACÉDO	RURAL	4202	4º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 4203			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se, matrícula
1	4656	ALEX RIBEIRO DE SENA JÚNIOR	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
2	2324	ANTÔNIO CAMPELO DE MORAIS NETO	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
3	2758	CARLOS AUGUSTO FERREIRA	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
4	2321	HISAUQUE XAVIER RODRIGUES	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
5	3319	JADIEL GONÇALVES MARTINS	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
6	2385	JOÃO LUCAS BORGES BEZERRA	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
7	2830	LUCAS MOREIRA PARREÃO	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
8	1892	LUIS MIGUEL OLIVEIRA SANTOS	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
9	2320	NICOLLE COELHO SOARES	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO
10	4168	NICOLY COSTA SILVA	RURAL	4203	4º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 5201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se, matrícula
1	2124	CLARICE SOARES DA SILVA	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO
2	4872	DHAYLA EMANUELLY DE SOUZA	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO
3	4137	ERICA DOS SANTOS VIEIRA	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO
4	2118	JOSÉ FERNANDO ALMEIDA LOPES	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO
5	4049	JOSÉ PEDRO BEKIMAN XAVIER JORGE VARGAS	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO
6	2115	MARIA EDUARDA DOS SANTOS SA	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO
7	4624	RUTE AFONSO DA COSTA RODRIGUES	RURAL	5201	5º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 5202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se, matrícula
1	2578	DAVI CALDEIRA DE SOUZA	RURAL	5202	5º ANO	CURSANDO
2	3328	NEILOVAN DOS REIS MENDES	RURAL	5202	5º ANO	CURSANDO
3	3270	VITÓRIA EMANUELLY PACHECO SOUSA	RURAL	5202	5º ANO	CURSANDO
4	4193	YANE SANTIAGO PEREIRA	RURAL	5202	5º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 5203			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	Série	Sente-se. matrícula
1	2662	AMANDA ALVES LOPES	RURAL	5203	5º ANO	CURSANDO
2	2333	MILENA OLIVEIRA DOS SANTOS	RURAL	5203	5º ANO	CURSANDO
3	3324	MIRELLY VITÓRIA ARAUJO VENDAS	RURAL	5203	5º ANO	CURSANDO
4	4654	NICOLAS ISAAQUE ROCHA NUNES	RURAL	5203	5º ANO	CURSANDO
5	4731	THALIA FERREIRA ALVES	RURAL	5203	5º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 6201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	Série	Sente-se. matrícula
1	3674	ALEXIS DAVI FERNANDES LIMA	RURAL	6201	6º ANO	CURSANDO
2	2136	ANA ROSA BEZERRA MENEZES	RURAL	6201	6º ANO	CURSANDO
3	4158	NICOLAS HENRIQUE COSTA SILVA	RURAL	6201	6º ANO	CURSANDO
4	1538	VITORIA MENDES SOUZA	RURAL	6201	6º ANO	CURSANDO
5	1504	WELLYNTHON ALVES RODRIGUES	RURAL	6201	6º ANO	CURSANDO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 6202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	Série	Sente-se. matrícula
1	2002	EZEQUIEL ALVES DE SOUZA	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
2	3206	ISABELLA LIMA PIMENTEL	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
3	998	JOÃO LUCAS SOARES CAMPOS	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
4	2141	JOÃO MIGUEL ARAUJO DA SILVA	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
5	1503	KAMILLA CARVALHO MARTINS	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
6	4628	LUCAS OLIVEIRA MACÊDO	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
7	1512	MARCOS PAULO PEREIRA GRANJEIRO	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
8	1499	MARCOS VINÍCIO GOMES DUTRA	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
9	4889	VITOR GABRIEL DE SOUSA FERREIRA	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO
10	4151	VITÓRIA FERREIRA DA CUNHA	RURAL	6202	6º ANO	CURSANDO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Secretaria
de Educação

Turma: 7201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	977	ANA LAURA SILVA SANTOS	RURAL	7201	7º ANO	CURSANDO
2	1382	ANGELO ALBERTO SILVA GOIS	RURAL	7201	7º ANO	CURSANDO
3	4735	HELIEL DA SILVA COSTA DOS SANTOS	RURAL	7201	7º ANO	CURSANDO
4	2588	MARCILENE OLIVEIRA DOS SANTOS	RURAL	7201	7º ANO	CURSANDO
5	2303	MATHEUS HENRIQUE RAMALHO BARBOSA	RURAL	7201	7º ANO	CURSANDO
6	4293	MURILO LOPES DA SILVA	RURAL	7201	7º ANO	CURSANDO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Secretaria
de Educação

Turma: 7202			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	3145	ALLAN ALVES DE ALMEIDA	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO
2	4733	ANA VITÓRIA ANDRADE LEÃO	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO
3	1083	ISABELA GOMES DUTRA	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO
4	2880	LUIZ ANCELMO ALVES LOPES	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO
5	4127	MICHEL CÂNDIDO SIRQUEIRA	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO
6	1352	STHEFANY ZIMPEL DE SOUZA	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO
7	1529	VICTOR GOMES SILVA	RURAL	7202	7º ANO	CURSANDO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Secretaria
de Educação

Turma: 8201			Período letivo: 2026			
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-se. matrícula
1	1317	ESTHER LOMES SOARES	RURAL	8201	8º ANO	CURSANDO
2	1065	MELISSA VALVERDE AIRES CICOTTI	RURAL	8201	8º ANO	CURSANDO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Secretaria
de Educação

Turma: 8202				Período letivo: 2026		
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-es. matrícula
1	2574	DANIEL CALDEIRA DE SOUZA	RURAL	8202	8º ANO	CURSANDO
2	1382	ISABELLE RODRIGUES DA SILVA COSTA	RURAL	8202	8º ANO	CURSANDO
3	3344	KATLEYA ALMEIDA MAGALES	RURAL	8202	8º ANO	CURSANDO
4	1010	MARIA CLARA RAMOS ESPINDOLA	RURAL	8202	8º ANO	CURSANDO
5	2479	MARIANY BARBOSA BORGES FERREIRA	RURAL	8202	8º ANO	CURSANDO
6	1444	MICHEL RIBEIRO ALVES	RURAL	8202	8º ANO	CURSANDO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
OUTO 2025/2026

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: 9201				Período letivo: 2026		
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-es. matrícula
1	3334	ALAN FERREIRA MATOS	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
2	3661	EDILEM ELIAS LIMA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
3	1058	EMILY SILVA MOREIRA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
4	4721	HERDEIRO BRITO DA COSTA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
5	3143	HELENA CRISTINA MELO DE MORAIS	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
6	4725	HENZO GABRIEL NUNES DA SILVA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
7	719	JOÃO LUCAS DIAS DE OLIVEIRA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
8	1284	LUIS GUSTAVO FONSECA DE SOUSA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
9	3315	MARIA HELOISA SOUZA GAMA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
10	4132	PAULO EDUARDO COSTA ALBURQUEQUE	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
11	1457	PEDRO EDUARDO DOS SANTOS SA	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO
12	731	WESLANE ALVES RODRIGUES	RURAL	9201	9º ANO	CURSANDO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
OUTO 2026/2026

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL CARIRI
ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES
RELAÇÃO DE ALUNOS POR TURMA



Secretaria
de Educação

Turma: AEE01				Período letivo: 2026		
Ordem.	Idmatricula	Nome	Zona de êxodo	Turma	série	Sente-es. matrícula
1	3830	DAVI EMANUEL SOUZA BORGES	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
2	2385	JOÃO LUCAS BORGES BEZERRA	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
3	3941	JOÃO LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
4	4104	JOSÉ PAULO BARBOSA MAMEDE	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
5	2479	MARIANY BARBOSA BORGES FERREIRA	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
6	2320	NICOLLE COELHO SOARES	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
7	4731	THALIA FERREIRA ALVES	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO
8	4151	VITÓRIA FERREIRA DA CUNHA	RURAL	AEE01	AEE - EF	CURSANDO



CARIRI
DO TOCANTINS

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
SEM ANO LECTIVO

Secretaria
de Educação



ESTADO DO TOCANTINS

ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL DIVINA RIBEIRO BORGES

CALENDÁRIO ESCOLAR 2026

JANEIRO - 05 DIAS LETIVOS							FEVEREIRO - 16 DIAS LETIVOS							MARÇO - 23 DIAS LETIVOS						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
25	26	27	28	29	30	31								29	30	31				
ABRIL - 20 DIAS LETIVOS							MAIO - 20 DIAS LETIVOS							JUNHO - 21 DIAS LETIVOS						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4						1	2		1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30				
							31													
JULHO/FÉRIAS							AGOSTO - 22 DIAS LETIVOS							SETEMBRO - 21 DIAS LETIVOS						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
							30	31												
OUTUBRO - 19 DIAS LETIVOS							NOVEMBRO - 20 DIAS LETIVOS							DEZEMBRO - 15 DIAS LETIVOS						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3						5	6			1	2	3	4	5
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31		

LEGENDA		FERIADOS NACIONAIS		DATAS COMEMORATIVAS	
	Início do ano letivo	01/01	Confr. Universal	22/02	Dia da Auxiliar de Limpeza Geral
	Reuniões e Planejamento	17/02	Camaval	27/02	Dia Nacional do Livro Didático
	SAETO	20/02	Aniversário da Cidade	19/04	Dia dos Povos Indígenas
	Aniversário da Cidade	03/04	Paixão de Cristo	09/05	Dia das Mães
	Cons. de Classe Pedagógico	21/04	Tiradentes	15/05	Dia da Assistente Social
	Feriado / Recesso	01/05	Dia do Trabalho	25/07	Dia do Motorista
	Férias	08/05	Padroeira da Cidade	11/08	Dia do Estudante
	Dia das Mães	04/06	Corpus Christi	08/08	Dia dos Pais
	Dia dos Pais	07/09	Independência do Brasil	22/08	Dia do Coordenador Pedagógico
	Dia das Crianças	08/09	Padroeira do Estado do Tocantins	27/08	Dia do Psicólogo
	Dia da Consciência Negra	05/10	Criação do Estado do Tocantins	31/08	Dia da Nutricionista
	Alfabetiza Mais	12/10	Padroeira do Brasil	30/09	Dia do Secretário Geral e Auxiliar Administrativo
	Avaliação da Rede	02/11	Finados	15/10	Dia do Professor e Dia do Auxiliar e Monitor de Sala
	Feira de Ciências	15/11	Proc. da República	19/10	Dia do TI e Dia Vigia
	Recuperação Final	20/11	Dia da Consciência Negra	29/10	Dia Nacional do Livro
Total de Dias por Semestre		25/12	Natal	30/10	Dia da Merendeira Escolar
1º Semestre:		105		12/11	Dia do Diretor Escolar
2º Semestre:		95		04/12	Dia do Orientador Educacional
Total de Dias Letivos		200			

OBSERVAÇÕES:

Início do ano Letivo: 26/01/2026 e Término do Ano Letivo: 18/12/2026

Os Feriados Municipais que comprometem os 200 dias e/ou 5.600 horas aulas (Anos Iniciais Ens. Fund. I) e 7.000 horas (Anos Finais Ens. Fund. II) deverão ser repostas. O Conselho de Classe será considerado Dia Letivo. O encerramento dos Bimestres serão: 1º bim 18/04, 2º bim 30/06, 3º bim 03/10, 4º bim 18/12.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

ANEXO II
MODELO PARA A PROPOSTA (TIMBRE DA EMPRESA)

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	
CNPJ (MF):	
Inscrição Estadual nº.:	Inscrição Municipal nº.:
Endereço:	
Telefone:	WhatsApp:
E-mail:	
Qualificação do responsável legal par assinatura do contrato:	

Senhor Agente de Contratação/Pregoeiro,

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico nº. XXX/XXXX-XXX, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS."**, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

ITEM	ROTA	MARCA/MODELO VEÍCULO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						

1.1. Preço total da proposta: R\$ XXXX (por extenso).

1.2. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico nº. XXX/XXXX-XXX.

1.3. Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos, inclusive aqueles com o fornecimento de benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes, além das despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, se for o caso.

1.4. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que o objeto será fornecido de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

1.5. Declaro que nossa empresa É/NÃO é optante do SIMPLES NACIONAL.

1.6. Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive do Setor de Licitação e/ou Agente de Contratação/Pregoeiro, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

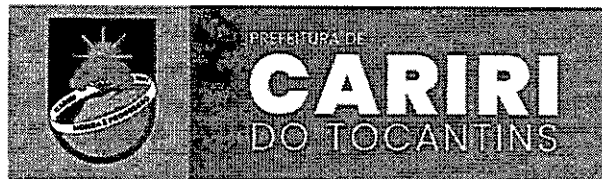
1.7. Declaro que não será permitido qualquer espécie de interferência por parte da Contratante, por intermédio de seus agentes públicos, na gestão de recursos humanos da nossa empresa, especialmente na seleção de nossos profissionais afetos à prestação dos respectivos serviços.

1.8. Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____,

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS

Av. Castelo Branco s/n / centro. Cariri do Tocantins – TO.

Fone/Fax *63 3383 – 1165.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

Agência nº. _____, Banco _____.

1.9. Declaro sob as penas da lei que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº. XXX/XXXX-XXX, referente a _____.

1.10. Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII da CFRB/88.

1.11. Declaro para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº. XXX/XXXX-XXX, instaurado por este município, que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

1.12. Declaro que estamos cientes e aceitamos as condições do Termo de Referência especialmente as fixadas para pagamento e execução contidas no Edital e seus anexos.

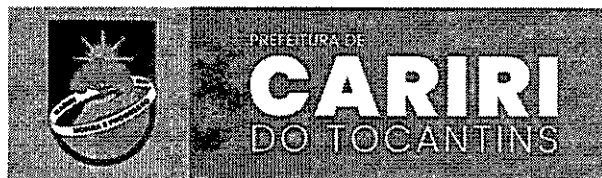
1.13. Preposto para representar a empresa durante a vigência do contrato: (qualificação do preposto)

Local, ____ de _____ de _____

Nome Empresarial

CNPJ

Nome do Representante Legal



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. XXX/XXXX-XXX

QUE FAZEM ENTRE SI A(O)
XXXXXXXXXXXXXXXXXX E XXXXXXXXXXXXXXXX.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIRI DO TOCANTINS - TO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 19.599.420/0001-64, com sede e foro na cidade de Cariri do Tocantins - TO, Estado do Tocantins, à Av. Castelo Branco s/n, centro CEP: 77.453 - 000 Município de Cariri do Tocantins - TO, fone: 0xx63 3383-1158, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.599.420/0001-64, representada neste ato pela Sra. **Micheline Pereira de Almeida**, brasileira, casada, professora, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1086933 – SSP/TO e CPF nº. 005.675.671-25, residente e domiciliada no Rua Floraci Alves de Oliveira, s/n – Lt 06 Qd 04 – CEP: 77453-000, Setor Planalto, Cariri do Tocantins/TO, doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro lado **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço na XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX e portador(a) da Carteira de Identidade (RG) nº. XXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO, *ex-vi* do disposto no parágrafo primeiro do art. 53, da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1. CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. Dos preços, as especificações, as quantidades, e as demais condições são as que seguem:

ITEM	ROTA	MARCA/MODELO VEÍCULO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
VALOR TOTAL:						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e seus anexos;

1.3.2. O Edital da Licitação Pregão Eletrônico nº. XXX/XXXX-XXX;

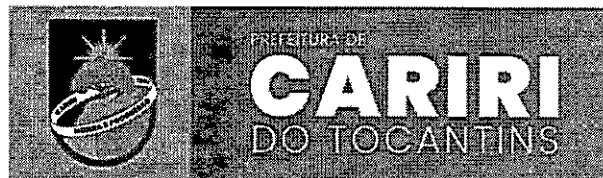
1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

2.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. CLAUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

3.1. Da forma de execução

3.1.1. A execução do objeto observará rigorosamente o calendário escolar oficial do Município.

3.1.2. O início da execução ocorrerá conforme cronograma estabelecido neste Termo de Referência, a partir da assinatura do contrato.

3.1.3. O prazo de execução do contrato poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação formal e devidamente fundamentada pela Contratada, antes do término do prazo inicialmente fixado, mediante despacho da Administração, com a devida demonstração dos fatos, razões e circunstâncias.

3.1.4. A execução dos serviços deverá observar os métodos, rotinas, etapas, procedimentos operacionais, tecnologias empregadas, frequência e periodicidade estabelecidos no Contrato, na Ordem de Serviço e neste Termo de Referência.

3.2. Da manutenção dos veículos

3.2.1. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de inteira responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

3.2.2. A Contratada deverá assegurar a manutenção preventiva de todas as peças, partes e componentes necessários ao pleno funcionamento dos veículos.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica, quando necessários, deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, uniformizados e identificados por meio de crachá.

3.2.4. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, pontual e diária, conforme as rotas, horários e quilometragem definidos neste Termo de Referência, durante o período letivo do exercício de 2026, até a duração da vigência do contrato, de 12 meses, excetuando-se o período de férias escolares.

3.3. Das responsabilidades da Contratada

3.3.1. São de exclusiva responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a: manutenção mecânica e elétrica, substituição e reparo de pneus, troca de óleo e filtros, lavagem, lubrificação, abastecimento, reposição de peças, fornecimento de motoristas, seguros, licenças, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, multas de trânsito, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos, não sendo admitido qualquer repasse adicional à Contratante.

3.4. Da conformidade da execução

3.4.1. O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Edital e as cláusulas contratuais, após a assinatura do instrumento contratual.

3.5. Das condições e da forma de recebimento



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

3.5.1. Os veículos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, correndo por conta da Contratada todas as despesas relacionadas ao fornecimento, tributos, seguros, encargos e demais ônus necessários ao pleno atendimento do objeto.

3.5.2. O Órgão Solicitante rejeitará, no todo ou em parte, os veículos ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, ainda que já tenham sido recebidos, devendo a Contratada promover as correções necessárias no prazo estipulado pela Administração.

3.5.3. O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

3.5.3.1. Provisoriamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante verificação sumária da conformidade com as exigências contratuais;

3.5.3.2. Definitivamente, pelo servidor responsável pela fiscalização, mediante relatório que comprove o atendimento integral das obrigações contratuais.

3.5.4. Constatadas irregularidades, a Administração poderá rejeitar o objeto, determinando sua imediata substituição, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.5.5. Na hipótese de substituição de veículos, esta deverá ocorrer de forma imediata, contada da notificação formal, mantidas as condições e os preços registrados.

3.6. O recebimento não afasta, limita ou exclui a responsabilidade integral da Contratada quanto à qualidade, adequação e conformidade do objeto, permanecendo assegurado à Administração o direito de exigir a correção ou substituição a qualquer tempo, às expensas da Contratada.

3.7. Das exigências legais e operacionais

3.7.1. A Contratada, os veículos e os condutores deverão cumprir integralmente o Código de Trânsito Brasileiro, as normas do DETRAN, CONTRAN, CETRAN, CONATRAN e demais legislações aplicáveis.

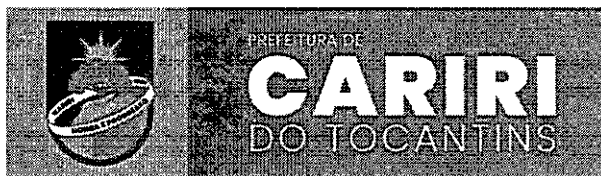
3.7.2. Os veículos utilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, com capacidade compatível com a quantidade de passageiros transportados, assegurando segurança e conforto.

3.7.3. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital, em seus anexos, na proposta e no contrato, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.

3.8. Do local, horário e prazo de execução dos serviços

3.8.1. Os serviços serão prestados conforme as rotas e lotações definidas neste Termo de Referência, de forma diária, de segunda a sexta-feira, e, quando necessário, aos finais de semana, para atendimento do calendário escolar.

3.8.2. A execução observará integralmente as normas do direito do trabalho e da legislação previdenciária.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

3.8.3. O acompanhamento, a fiscalização e o atesto das notas fiscais serão realizados por servidor designado, responsável pela verificação da conformidade dos serviços prestados.

3.8.4. O recebimento e a fiscalização do objeto serão realizados por servidor designado.

3.8.5. Caso seja constatada, a qualquer tempo, divergência entre os veículos utilizados e as especificações contratadas, a Contratada será imediatamente notificada para proceder à substituição.

3.8.6. Alterações de rotas e percursos somente poderão ocorrer por determinação formal da Contratante, devidamente justificada, mediante prévio aditamento contratual, quando cabível.

3.8.7. O prazo de execução dos serviços seguirá o calendário escolar anual, iniciando após a assinatura do contrato.

3.8.8. A execução do objeto ocorrerá sob inteira responsabilidade da Contratada, a quem caberá todo e qualquer ônus decorrente da prestação dos serviços.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO (art. 92, V)

4.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral dos serviços.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O prazo para pagamento ao contratado será em até 30 (trinta) dias após a emissão com atesto da Nota Fiscal, obedecendo o estipulado no Edital e seus anexos, e devendo ser observada a ordem cronológica exigida pela Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

6.1. Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação do contratado e anuência da Administração.

6.2. Toda e qualquer repactuação deverá ser apostilada, e observará os termos da Lei 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação será até o dia XX/XX/XXXX, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

7.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

7.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

tenham sido prestados regularmente;

7.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

7.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

7.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

7.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

7.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

7.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO, na dotação abaixo discriminada:

8.1.1. Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15001001000000 – MDE.

05.05.0023.12.782.0145.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO. Fonte de Recurso: 15530000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE).

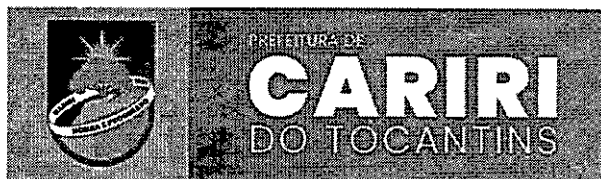
8.3. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

8.4. As despesas relativas ao exercício financeiro de 2027 correrão à conta dos créditos orçamentários a serem consignados na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA 2027), ficando a execução das parcelas remanescentes condicionada à existência de disponibilidade orçamentária, nos termos do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. A Administração deverá atestar, no início do exercício de 2027, a existência de créditos vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, procedendo-se à atualização dos dados orçamentários mediante Termo de Apostilamento, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

9. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo com a anuência da CONTRATANTE.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

10. CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO (art. 92, IX)

10.1. Os riscos e responsabilidades entre as partes envolvidas serão mitigados de acordo com o definido na MAPA DE RISCOS.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas;

11.1.2. Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas;

11.1.4. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência do Contrato;

11.1.5. Arcar com as despesas de publicação do presente processo e dos termos aditivos que venham a ser firmados;

11.1.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

11.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

11.1.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.9. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

11.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato

11.1.11. Efetuar o pagamento mediante o recebimento pleno do objeto e apresentação da Nota Fiscal com as devidas retenções de impostos e obedecendo da ordem cronológica;

11.1.12. Prestar à CONTRATADA, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao objeto deste Contrato.

11.1.13. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.14. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.15. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do objeto.

11.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº. 14.133, de 2021).

11.1.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. São obrigações da Contratada:

12.1.1. Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sem nenhum custo oneroso para a administração em relação ao fornecimento;

12.1.2. Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;

12.1.3. Assegurar a entrega do objeto licitado nos prazos definido;

12.1.4. Substituir/trocar, reparar/corrigir às suas expensas o veículo caso venha a ser recusado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

12.1.5. Atender com prontidão às reclamações;

12.1.6. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Solicitante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;

12.1.7. Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

12.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

12.1.9. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

12.1.10. Executar as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

12.1.11. A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

12.1.12. Comunicar à Contratante, os motivos que impossibilitem a execução dos serviços, com a devida comprovação;

12.1.13. A vencedora deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;

12.1.14. Manter durante o período de vigência do contrato um preposto aceito pela contratante, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, podendo responder por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;

12.1.15. Cooperar com a fiscalização do Contratante.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)

13.1. A gestão do contrato, a partir da forma de execução do objeto, será acompanhada e fiscalizada por servidores nomeados e designados.

13.2. O servidor nomeado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, e deverá ainda determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133. Toda a interação com o contratado deve ser sempre documentada nos autos do processo de fiscalização.

13.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, Lei nº. 14.133/2021).

13.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei nº. 14.133/2021).

13.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, Lei nº. 14.133/2021).

13.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121, caput, Lei nº. 14.133/2021).

13.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, §1º, Lei nº. 14.133/2021).

13.7. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

13.8. A contratante irá definir listas de verificação (*checklists*) para subsidiar as ações dos fiscais e gestores de contrato, por meio da Procuradoria e/ou Controladoria Municipal, sendo esse ponto fundamental para desempenhos das funções.

14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

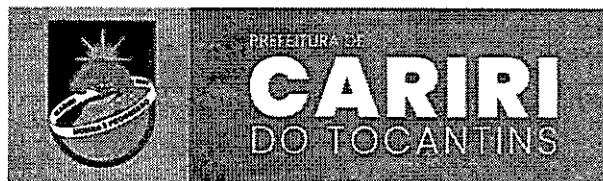
15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

15.1.6.4. Abandonar o certame.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo sancionador, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do Art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021; e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes da Federação, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, condicionada a extinção dos seus efeitos à reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do Art. 156, IV, § 5º e Art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

16. CLAUSULA DECIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

16.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

18. CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO



CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da comarca de Gurupi/TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/21.

Cariri do Tocantins, ____ de _____ de XXXX.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXX
CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXX
CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF sob o nº.: _____

2- _____ CPF sob o nº.: _____